

MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO RURAL
DAE/ESAL Cx. P. 37 37.200-000 - LAVRAS-MG

MARIA HELENA PEREIRA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA
ESAL - Cx. Postal 37 - 37.200 - LAVRAS - M. G.

EMPOBRECIMENTO E PERMANÊNCIA DO PRODUTOR
FEIRANTE NO PROCESSO PRODUTIVO: UM ESTUDO NO
MUNICÍPIO DE LAVRAS - MG



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE LAVRAS
ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE LAVRAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA
LAVRAS - MINAS GERAIS

Dissertação apresentada à Escola Superior de Agricultura de Lavras, como parte das exigências do Curso de Pós-Graduação em Administração Rural, para obtenção do grau de "MESTRE".

ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE LAVRAS
LAVRAS - MINAS GERAIS

1992

EMPOBRECIMENTO E PERMANÊNCIA DO PRODUTOR FEIRANTE NO PROCESSO
PRODUTIVO: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE LAVRAS - MG.

APROVADA:



Prof. Luchimar Leão Silveira

Orientador



Prof. Edgard Alencar



Prof. Jovino Amâncio de Moura Filho



Profª Raquel Coimbra de Carvalho

*A memória de meu pai
que como pequeno produtor lutou para manter nossa família,*

OFEREÇO

*À minha mãe e irmãos
pelo estímulo e partilha,*

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Acreditando que esta realização é uma obra coletiva, agradeço:

A Deus.

Ao Professor e amigo Lucimar Leão Silveira, pela orientação deste trabalho, pela firmeza e dedicação com que conduziu-me nos momentos de dúvida e insegurança, pelo estímulo e reconhecimento de meu esforço nas situações de avanço e conquista.

Aos Professores Edgard Alencar e Jovino Amâncio de Moura Filho, membros do Comitê de Orientação pela valiosa colaboração.

Ao Departamento de Administração e Economia da ESAL pela oportunidade do curso e aos professores desse departamento pelo maior aprimoramento teórico.

Aos feirantes que me permitiram participar um pouco de seu cotidiano, me concedendo entrevistas e depoimentos relevantes para esse estudo.

Ao Ismael Porfírio, conhecedor dos caminhos da roça, que acompanhou-me às propriedades, abrindo porteiros e indicando o caminho a seguir.

Aos funcionários do Departamento de Administração e Economia pela prontidão na resolução dos problemas de ordem administrativa.

A CAPES e Prefeitura Municipal de Lavras pela ajuda financeira.

A minha família, parentes e amigos que entenderam minhas dificuldades e ansiedades apoiando-me nos momentos difíceis e congratulando-se comigo nos momentos de vitórias.

Aos colegas de turma pela amizade e estímulo em todos os momentos do curso.

BIOGRAFIA DA AUTORA

MARIA HELENA PEREIRA, filha de José Francisco Pereira e Maria da Conceição Pereira, nasceu em Perdões - Minas Gerais no dia 26 de abril de 1953.

Em 1980, formou-se em Administração Rural pela Escola Superior de Agricultura de Lavras e em 1989 em Licenciatura Plena em Pedagogia pelo Instituto Superior de Ciências, Artes e Humanidades de Lavras.

Participou da implantação no município de Lavras - M. Gerais, do CIAME - Centro Integrado de Atendimento ao Menor, onde trabalhou como Diretora de 1979 a 1985. Foi Agente Regional de Ação Social da Fundação Estadual do Bem Estar do Menor de 1985 a 1990.

Em 1990, ingressou no Curso de Mestrado em Administração Rural na Escola Superior de Agricultura de Lavras, Minas Gerais.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Interesse do estudo e o problema de pesquisa.....	5
2. ORIENTAÇÃO TEÓRICA	8
2.1. Produção econômica.....	8
2.1.1. O modo de produção capitalista.....	8
2.1.2. Penetração do capitalismo no campo e pequena produção.....	11
2.2. Produção cultural	19
2.2.1. Ideologia e saber de classe.....	19
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	25
3.1. Tipo de pesquisa.....	25
3.2. Área de estudo.....	26
3.2.1. Elementos geográficos	26
3.2.2. Elementos demográficos	28
3.2.3. Elementos econômicos.....	29
3.3. A feira.....	34

3.4. População e amostra.....	38
3.5. Coleta das informações.....	39
3.6. Análise das informações.....	41
4. A PEQUENA PRODUÇÃO NA REGIÃO DE LAVRAS: O FEIRANTE	43
4.1. Área e propriedade da terra.....	43
4.2. Atividade e renda.....	47
4.3. Modernização, processo de produção e força de trabalho	56
5. A PERMANÊNCIA DO PEQUENO PRODUTOR FEIRANTE NO PROCESSO PRODUTIVO.....	67
6. O EMPOBRECIMENTO E A PERMANÊNCIA DO FEIRANTE NO PROCESSO PRODUTIVO.....	76
6.1. Considerações finais.....	76
6.2. Sugestões.....	83
7. RESUMO	84
8. SUMMARY	87
9. BIBLIOGRAFIA	90
APÊNDICES	96

LISTA DE QUADROS

Quadro		Página
1	População residente por situação de domicílio segundo o ano. Lavras - MG.....	29
2	População ocupada por setor de atividade. Lavras - MG.....	30
3	Nº de estabelecimento, pessoal ocupado, valor da produção e da transformação industrial - 1970 - 1980 - Lavras - MG.....	31
4	Estrutura fundiária do município de Lavras - MG - 1970 - 1980.....	32

Quadro

Página

Quadro**Página**

5	Produção e consumo dos principais produtos agrícolas no município de Lavras - MG - 1990..	33
6	Distribuição dos feirantes por área da propriedade - Lavras, MG, 1991.....	44
7	Propriedades de terra pelos feirantes - Lavras - MG - 1990.....	46
8	Origem de posse da terra dos feirantes de Lavras - MG - 1990.....	46
9	Distribuição dos produtores quanto à atividade desenvolvida - Lavras - MG - 1990.....	48
10	Renda dos feirantes em salários mínimos. Lavras - MG - 1990.....	52
11	Uso de eletrodomésticos pelos feirantes. Lavras, MG, 1990.....	53
12	Local de residência dos feirantes - Lavras, MG, 1990.....	54

Quadro

Página

13	Uso de máquinas e implementos pelos feirantes - Lavras, MG, 1990.....	58
14	Composição da mão-de-obra utilizada pelos feirantes na propriedade. Lavras - MG, 1990..	60
15	Contratos de parceria utilizados pelos fei- rantes. Lavras - MG, 1990.....	64

1. INTRODUÇÃO

A proposta básica do presente estudo é investigar a permanência do pequeno produtor do município de Lavras MG., no processo produtivo em um contexto onde o próprio produtor se sente mais pobre e descapitalizado.

A pequena produção sempre esteve presente no contexto da economia agrária do país, tanto na produção de alimentos para o abastecimento interno quanto no fornecimento de mão de obra para as grandes propriedades, e ainda que ela tenha passado por mudanças em sua forma de produzir, permanece cumprindo tal papel.

Na década de 70, a "modernização" da agricultura tornou-se prioridade do governo. Café, soja e cana-de-açúcar, por serem produtos de exportação, e, por conseguinte, geradores de divisas estrangeiras, foram produtos que mereceram atenção especial do governo e passaram a ser denominados "produtos nobres". Investimentos em pesquisas e assistência técnica voltaram-se para esses produtos que eram típicos das grandes e médias

propriedades, relegando a planos inferiores as pequenas propriedades que se dedicavam à produção de alimentos para o mercado interno como feijão, milho e mandioca. Segundo MULLER (1981), SORJ (1980), MELLO (1985), tais produtos não eram explorados pelas grandes propriedades capitalistas por não oferecerem as taxas de lucros desejadas.

A história da agricultura brasileira revela uma sólida aliança entre o capital e a grande propriedade, sendo derrotadas as propostas que visavam favorecer o pequeno produtor de alimentos. Essa valorização da agricultura de exportação em detrimento da pequena produção teve como consequência, entre outras, a crescente proletarização no meio rural. Assim, segundo SILVA (1982), se dá a penetração do capitalismo no campo onde "as transformações porque passa a agricultura, na sua essência, representam a sua adequação ao sistema capitalista". Como dimensão desse processo tem-se a industrialização no campo, provocando uma mudança na "base natural" de produção. A agricultura passa a consumir cada vez mais insumos e implementos industrializados; "na década de 70, o número de tratores utilizados nos estabelecimentos agropecuários triplicou... o consumo de fertilizantes quadriplicou e o uso de defensivos agrícolas cresceu a taxa de 7,2% nesta mesma década..." (FIGUEIREDO, 1984).

A política de Crédito Rural foi um dos instrumentos usados pelo Estado para expandir o capitalismo no campo. Este era

fortemente subsidiado com juros reais negativos, isto é, eram inferiores às taxas de inflação no período, o que privilegiou sobremaneira a grande empresa. Essa política também teve como efeitos a concentração de terra e renda, e a distribuição extremamente desigual de salários (FIGUEIREDO, 1984; MULLER, 1981). Assim pode-se dizer que os resultados das políticas agrícolas têm servido apenas para a manutenção de um sistema latifundiário no qual a terra assume importante papel como geradora de renda.

Para esses autores, essa ótica de privilegiar as transformações do capital e não a agricultura, submeteu-a a uma modernização conservadora, na qual o grande capital se aliou ao latifúndio sob a égide do Estado, reduzindo, nesse contexto de modernização conservadora, a possibilidade de capitalização do pequeno produtor.

Nesse sentido, a política de modernização executada pelo Estado e a expansão agroindustrial funcionaram como motores principais na acumulação capitalista. Isto, no seu limite, tende a eliminar do processo produtivo o pequeno produtor (SORJ & WILKINSON, 1983), pois à medida que os latifúndios se modernizam, o espaço da pequena produção tende a diminuir, acelerando o processo de diferenciação sócio-econômica onde as possibilidades das pequenas unidades produtivas se transformarem em pequenas empresas rurais são cada vez mais reduzidas (GIUDICE, 1986).

Segundo CHAMBRE (1963), nesse contexto, o processo de

produção se torna acumulação pois, uma parte da mais valia se transforma em capital, de modo a alargar a base de produção.

Para esse mesmo autor "a acumulação tem por efeito provocar a concentração dos capitais e a expansão das grandes empresas em detrimento das pequenas - expropriação dos pequenos capitais pelos grandes. Essa acumulação de capital gera uma acumulação de miséria, pois se de uma parte aumenta a produção das riquezas, e ocorre o desenvolvimento das forças produtivas, de outra parte, no mesmo processo, desenvolve-se a miséria dos trabalhadores que constituem um proletariado sempre crescente" (CHAMBRE, 1963).

Através dessa concentração, surge a pobreza cujas causas evidenciam-se nas transformações econômicas e sociais vividas pela sociedade brasileira: expansão das atividades urbano-industriais que subordinam em todos os níveis, as atividades de outros setores concentrando as riquezas produzidas socialmente.

ARAPIRACA (1982), citando Adan Smith, assim se expressa sobre a pobreza "todo homem é rico ou pobre segundo o grau que possa gozar por si as coisas necessárias, úteis e deleitáveis para a vida humana e uma vez introduzida no mundo a divisão social do trabalho é muito pequena a parte que se possa obter somente com o trabalho próprio. A maior porção tem que ser captada com o trabalho alheio que ele possa ter à sua disposição ou adquirir de outros".

Observando esse processo, elegeu-se como área a ser estudada, o município de Lavras, situado no Sul de Minas Gerais,

que, no início de sua formação política dedicou à extração mineral, mas, no decorrer do tempo se caracterizou pela agricultura que direta ou indiretamente determinou seu desenvolvimento.

A população pesquisada é constituída pelos feirantes de Lavras que se dedicam ao cultivo de olerícolas; predominam as pequenas propriedades com características de produção familiar e camponesa que, embora produzam para comercialização, se encontram num processo de descapitalização:

"Nossa terra é pouca e anda cansada, por isso a produção é baixa. Alguns estão comprando no CEASA, para revender aqui, eu não faço isso. Vendo o pouco que consigo produzir".

"... aqui tem pouca coisa para os meninos, eles têm que ir para a cidade trabalhar e estudar..."

"... antes pude comprar um fusca... hoje não tenho condições nem para consertá-lo".

"Não arrepare. A casa está caindo aos pedaços".

A desagregação da família, a migração dos jovens, deteriorização das condições de produção, de trabalho, de habitação, de educação e saúde apontados pelos produtores são características da pobreza social, e foi este quadro que motivou a realização da presente pesquisa.

1.1. Interesse do estudo e o problema de pesquisa

Em julho de 1990, o pesquisador manteve os primeiros contatos com os feirantes de Lavras com o objetivo de buscar

subsídio para a formulação do problema de pesquisa sobre Educação no Meio Rural. Nesses contatos observou-se que a maioria deles dizia: "Estou cada dia mais pobre e vou acabar sem nada" e, no entanto permanecia na condição de feirante. Esta primeira manifestação levou a perceber que este problema antecedia o objetivo inicial, que o havia levado a contactar os feirantes.

Esta constatação inicial de que os feirantes se viam em um processo contínuo de empobrecimento e que, mesmo assim, permaneciam como feirante, conduziu a uma etapa de repensar os fatos, tendo como base "a busca de explicações coerentes lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento" (TRIVIÑOS, 1987). Sabendo-se que estes fenômenos não se verificam de forma isolada, mas que existe uma interação entre eles dentro de um contexto maior, foram formuladas as seguintes questões norteadoras:

- Este produtor está realmente cada dia mais pobre?
- Realmente ele se sente e se percebe pobre?
- Se ele se vê empobrecendo o que o faz permanecer na condição de produtor feirante?

Frente a essas questões, formulou-se como objetivo da pesquisa apreender as razões que levam os pequenos produtores feirantes, à permanência no processo produtivo, diante da evidência que tem de seu empobrecimento e da tendência de seu desaparecimento do processo global de produção.

Isto conduziu à definição de um quadro teórico, apoiado num conjunto de conceitos que pudesse fundamentar as questões levantadas, permitindo entender a dinâmica e as contradições que se configuravam no problema de pesquisa. O quadro teórico se firmou em duas categorias, a "produção econômica" e a "produção cultural" que, de uma forma ou de outra, vão estabelecer as condições de vida aos indivíduos.

A produção econômica está presente através dos conceitos de modo de produção capitalista, relações de produção, penetração do capitalismo no campo e pequena produção; busca fundamentar as questões relativas à pobreza. A produção cultural, através dos conceitos de ideologia e saber de classe, dirige e orienta a análise sobre as questões da permanência do feirante no processo de produção.

2. ORIENTAÇÃO TEÓRICA

Este estudo fundamenta-se em duas categorias que estabelecem as condições de vida dos indivíduos: a Produção Econômica e a Produção Cultural.

2.1. Produção econômica

A categoria Produção Econômica será estruturada a partir do conceito de modo de produção capitalista e penetração do capitalismo no campo, recebendo destaque nesta discussão, a pequena produção por ser o objetivo do estudo.

2.1.1. O modo de produção capitalista

"Modo de produção se refere a um conjunto relacionado de forças produtivas sociais e as relações de produção, cujo centro de organização é uma determinada espécie de propriedades dos

meios de produção" (ARAPIRACA, 1982). Na teoria Marxista o modo de produção é definido pela maneira como se organiza a produção, especialmente em termos da relação entre produtores diretos e as classes exploradoras, refere-se à maneira pela qual o produto excedente é extraído da classe dos produtores diretos pela classe exploradora.

Os homens nas suas classes, dependem do modo de produção para sua reprodução, pois é através deste que se obtém os meios materiais para suprir suas necessidades. Nesse sentido, as forças produtivas podem elevar ou aviltar as condições de vida do ser humano.

O modo de produção pressupõe os meios de produção que juntos com a força de trabalho formam as forças produtivas, constituídas pelas forças naturais (terra, flora e fauna), pelos instrumentos de produção (máquinas, equipamentos, ferramentas) e pelos homens que utilizam estes instrumentos, a propriedade econômica dessas forças produtivas determina as relações sociais de produção (SALINAS, 1988), onde o capitalista detém os meios de produção e o proletário possui apenas a sua força de trabalho (ARAPIRACA, 1982).

As relações dos homens com os meios de produção determinam as classes sociais, que no capitalismo, se caracterizam como as classes dos proprietários dos meios de produção e a classe dos trabalhadores que vendem sua força de trabalho.

O modo de produção capitalista é caracterizado pela produção

para venda e não para uso próprio, existência de um mercado em que a força de trabalho é comprada e vendida em troca de salários; predomina a mediação universal de trocas através do uso do dinheiro, onde o capitalista controla o processo de produção e de trabalho e detém o controle das decisões financeiras que favorecem a acumulação (SALINAS, 1988).

Para ARAPIRACA (1982), "no modo de produção capitalista é onde a produção é destinada à troca, ou como se costuma dizer, é uma produção mercantil, onde os meios de produção pertencem a uma certa parte da sociedade e a maioria não possuindo seus próprios meios de produção. Estes trabalham como assalariados livres que utilizam os meios de produção cuja propriedade pertence aos capitalistas. Isto se realiza em grandes unidades de produção, principalmente nas fábricas ou nas grandes propriedades agrícolas, onde se emprega um grande número de trabalhadores assalariados e onde existe uma cooperação e uma divisão de trabalho muito desenvolvida. Nestas condições, os proprietários dos meios de produção apropriam-se de uma parte do produto criado no processo social do trabalho".

Portanto, no modo de produção capitalista é característico consumir maior quantidade de trabalho do que aquela que realmente comprou e é isto que gera a riqueza acumulada, e sabe-se que nesse mesmo processo, gera-se a pobreza o que oportuniza o crescimento do proletariado.

2.1.2. Penetração do capitalismo no campo e pequena produção

Para se compreender a lógica da pequena produção é necessário compreender historicamente como se processa o desenvolvimento do capitalismo no campo e as transformações decorrentes desse fato.

Com a penetração do capitalismo no campo algumas transformações são efetuadas, havendo uma mudança no sentido de adequar a agricultura ao sistema capitalista.

A consequência principal desse processo é o surgimento do trabalhador livre, pois há uma separação do produtor direto e os meios de produção. A terra deixa de ser uma condição natural de produção e passa a ser uma mercadoria, isto é, um bem passível de compra e venda no mercado; este universo da mercadoria passa a comandar o processo de produção, inclusive o do trabalho, pois os instrumentos de trabalho deixam de pertencer ao produtor e passam a se colocar frente a ele como capital, onde há o comprador da força de trabalho, restando ao trabalhador apenas vender sua força como condição essencial para sua sobrevivência (SILVA, 1980).

Com essa separação do trabalhador direto dos instrumentos de produção há uma liberação da força de trabalho livre da qual o capital se apropria, o que vai formar o exército industrial de reserva, forçando para baixo o preço da força de trabalho,

fazendo com que a acumulação se processe com maior rapidez.

Nesse contexto, apesar da tendência do capital se apossar da produção e dominar as relações de produção ainda subsiste a pequena produção que, segundo vários autores, estudiosos dessa parcela da sociedade, se caracteriza por pequenas áreas com baixas rendas, onde a família do produtor direto constitui a unidade básica de produção e de consumo, e cuja reprodução e permanência se realizam sob precárias condições (SILVA, 1982; WILKINSON, 1986).

Ao se estudar a pequena produção o que se observa é sua diversidade. Segundo ARRAZOLA & PINTO (1986) elas diferem entre si:

1 - Por suas atividades: agricultura, pesca e criatório, entre outras;

2 - Por sua produção:

a) Policultura - produtos para auto-consumo familiar, para mercado de alimentos e para agroindústria;

b) Monocultura - produção de matéria-prima para a indústria, produtos para mercado interno ou alimento.

3 - Pela forma de propriedade da terra: com ou sem terra, com ou sem titulação;

4 - Pelas suas denominações: minifundistas, parceiros, meeiros entre outros.

No entanto não são apenas essas diferenças que definem a pequena produção, ela decorre das relações de produção e envolve

a propriedade da terra, dos meios de produção, do processo de produção e da força de trabalho. SILVA (1980) adverte que para definir a pequena produção "é necessário levar em conta quatro elementos fundamentais:

- a) utilização do trabalho familiar, ou seja, a família se configura como unidade de produção;
- b) a posse dos instrumentos de trabalho ou de parte deles;
- c) produção direta de parte dos meios necessários à subsistência, seja produzindo para o auto-consumo, seja produzindo (alimentos ou mercadorias) para a venda;
- d) não é fundamental a propriedade, mas sim a posse da terra, que mediatiza a produção como mercadoria".

É importante ressaltar que, embora na pequena produção, o que se produz seja destinado em grande parte para o auto-consumo, não se restringe à produção de alimentos, como também não se trata de vender o excedente do consumo, mas de realizar uma produção voltada para o mercado mediante utilização da terra, da mão-de-obra e dos meios de trabalho subtraídos da produção para subsistência (SILVA, 1980).

Pode-se dizer, segundo SILVA (1980), que a pequena produção insere-se no crescimento econômico uma vez que tem cumprido funções específicas tais como:

- Produzir alimentos para o mercado interno, deixando para os empresários agrícolas de médio e grande porte a tarefa de produzir para exportação;

- gerar o excedente contínuo de força de trabalho que possa atender não só às grandes propriedades, como também às demandas urbanas.

Nesse sentido, a pequena produção funciona também como complementação ao setor urbano industrial e ao setor agrícola empresarial, pois ao fornecer alimentos para os centros urbanos a preços baixos incrementa a rápida acumulação de capital nesse setor e, ainda, ao fornecer força de trabalho abundante, força a baixa do preço dessa mão-de-obra, o que vem também reforçar essa acumulação (SILVA, 1980).

Na sociedade capitalista o camponês é visto como produtor de valores de uso e de troca, isto é, produz mercadoria que só se realiza como tal, no mercado capitalista, onde se dá uma expropriação do produto camponês e, portanto, de seu trabalho excedente. Na verdade, ele tem seus interesses voltados não apenas para a sua manutenção e reprodução, bem como à de sua família, comercializando somente o excedente, mas que penetra no mercado como agente não-capitalista. Assim, apesar de visar o lucro, o que consegue só dá para comprar o que não produz que é a reprodução simples. ARAPIRACA (1982), assim, explica esse processo de transformação: M-D-M, mercadoria trocada por mercadoria; vender para comprar mercadorias para satisfação de necessidades básicas.

SÁ (1984), referindo-se a esse processo, diz que a família camponesa é, ao mesmo tempo, unidade de produção e unidade de

consumo, pois produz para seu consumo e, mesmo quando produz para o mercado é sua própria lógica que informa suas decisões e é a que determina a sua forma específica de produzir, levando a pequena produção a ter uma autonomia na condução de sua atividade.

No entanto, esta questão da autonomia é discutida por MUSUMECI (1987) sob outro prisma, ao afirmar que a pequena produção também se caracteriza por uma relativa autonomia na condução do processo produtivo (escolha do que, como e quando plantar; decisão sobre como alocar o tempo e a força de trabalho). Esta autonomia é relativa, porque, mesmo no campesinato livre, estudos mostram que o que predomina não é a lógica do consumo, mas a do mercado e que os produtores são direcionados para o plantio desse ou daquele produto, nesta ou naquela escala, não só por sua necessidade de subsistência, mas pelos interesses do capital mercantil usuário e pelo vínculo de dependência que os camponeses mantêm com as cadeias "informais" de crédito e comercialização.

A modernização é outro componente que interfere no processo produtivo da pequena produção, pois, embora predomine na produção camponesa o "trabalho vivo", há também o uso de "trabalho morto" incluindo insumos e instrumentos. Com a modernização capitalista, há a tendência de aumentar o trabalho acumulado, alterando-se assim a composição orgânica do capital. No entanto, o camponês não contabiliza o trabalho vivo nos custos de produção e assim

ele não percebe como seu tempo de trabalho excedente lhe é expropriado (PINTO, 1984; SÁ, 1984). Com isto há uma atrelação por subordinação da agricultura à indústria, pois a agricultura tem consumido cada vez mais mercadorias produzidas pela indústria, que por sua vez se apropria de parcelas cada vez maiores do valor gerado na agricultura.

Aumentar a produtividade seria uma alternativa para o pequeno produtor permanecer na atividade produtiva sem entrar no curso do empobrecimento, mas isto equivale a modernizar o processo de produção com a introdução de novas tecnologias e conseqüente aprimoramento da força de trabalho. No entanto, segundo WILKINSON (1986), "mesmo se a política de modernização fosse generalizada ao conjunto do setor minifundiário, a maioria dos pequenos produtores seria incapaz de corresponder às suas pré-condições. Excluindo os efeitos da modernização, o minifúndio sofre um processo de marginalização que tenderá a expulsá-lo do contexto no qual está inserido".

Modernizar exige a incorporação de meios de produção adquiridos, tais como sementes selecionadas, fertilizantes, defensivos que, por sua vez, geram uma dependência adicional de equipamentos agrícolas. No entanto, o valor da produção dessas pequenas propriedades é insuficiente para pagar a forma de tecnificação, tais como trator, plantadeiras, máquinas de beneficiamento etc. e "não há nenhuma política de favorecimento da pequena propriedade em momento algum da história brasileira.

Ela se desenvolve à margem ou à sombra da grande propriedade como seu apêndice" (SILVA, 1980).

Assim, segundo WILKINSON (1986), a modernização também contribui para a dissolução da pequena produção uma vez que "individualiza processos de trabalho que antes eram coletivos, minando assim a própria lógica do trabalho familiar" e acrescenta que "diante da modernização as menores propriedades são as primeiras a desaparecer, enquanto que as médias tendem a manter-se provisoriamente, frente à evidência do avanço da agricultura capitalista".

No capitalismo, a pequena produção aparece sempre como subordinada; em primeiro lugar ela aparece ao lado das grandes propriedades como mão-de-obra colocada à disposição destas últimas o que fortalece a grande empresa e acentua mais sua atividade em relação à pequena propriedade. Em segundo lugar, ela também se "subordina quando para si basta um rendimento mínimo vital, isto é, enquanto o preço do produto cobrir esse mínimo ele continuará a cultivar a terra, dando de graça à sociedade parte de seu trabalho excedente que poderá ser apropriado pelo capital financeiro, comercial ou industrial" (SILVA, 1980).

O pequeno produtor se vê envolvido num processo de expropriação contínuo, no qual para conseguir sua reprodução é obrigado a recorrer a um subconsumo e ao mesmo tempo aumentar sua jornada de trabalho, incluindo o trabalho gratuito da família, e até o das crianças.

Outro fator de subordinação da pequena produção diz respeito à qualidade de suas terras; estas, de maneira geral, são as piores, não trazendo lucros e contribuindo para o aumento da falta de recursos. Este produtor impossibilitado de realizar a estocagem, obriga-se a comercializar sua produção em épocas da safra a qualquer preço.

Na verdade, apesar das diferenças existentes nesse segmento, o pequeno produtor vive de seu trabalho, e, diante da possibilidade de seu desaparecimento enquanto classe, se vê forçado a multiplicar seu esforço físico, juntamente com o da família, na expectativa de conseguir sua permanência no âmbito da pequena produção. Sua manutenção implica num desenvolvimento da força de trabalho de tal forma, que só juntanto mais trabalho, a família consegue manter-se, isto é, ou se entrega totalmente à produção exigindo o máximo esforço (auto-exploração familiar) ou se opta pela venda da força de trabalho que poderá implicar na proletarização total ou parcial no campo.

Sobre isto, ARRAZOLA & PINTO (1988), afirmam que segundo alguns autores, na fase atual de desenvolvimento, a pequena produção camponesa tenderia a não existir mais. De fato, enquanto em alguns lugares ela é extinta pelo desenvolvimento do capital, em outros, ela se reproduz no mesmo segmento. Dá-se assim um processo contraditório:

- decomposição social do campesinato, através da transformação de alguns poucos em empresários e proletarização da maioria;

- criação/recriação da condição da pequena produção pelo capital através do atrelamento à agroindústria, com a produção de alimento para o mercado ou mediante projetos especiais do governo.

Assim, é preciso ter em mente que a pequena produção tem propiciado a outrem condições de acumulação de capital e, ainda que nesse contexto a pequena produção em geral se mantém, mas num processo acelerado de pauperização e extrema exploração.

2.2. Produção cultural

Ao mesmo tempo que ocorre a formação da produção econômica há, também, a formação cultural, cujo conteúdo é repassado às classes sociais pelas várias instâncias e instituições que, de alguma forma, estão a serviço do sistema no qual estão inseridas.

Dentro dessa seção discutir-se-á especificamente como ocorre a produção cultural a partir dos conceitos de ideologia e saber de classe.

2.2.1. Ideologia e saber de classe

A mesma lógica capitalista que determina as condições de produção define que no desenvolvimento das formações econômicas formam-se as classes sociais que se contrapõem entre si.

Segundo ALTHUSSER (1974), toda formação social revela um

modo de produção dominante que, para existir, deve, ao mesmo tempo, produzir e reproduzir a força de trabalho. No entanto, essa força de trabalho deve ser qualificada e reproduzida como tal. Essa qualificação da força de trabalho cada vez mais se dá fora da produção, ou seja, em outras instâncias, e instituições (escola, família, igreja, etc), que constituem os "aparelhos ideológicos" que funcionam massivamente pela ideologia. Assim, esse autor analisa a ideologia como um conjunto de entidades, instituições e valores nos quais a manutenção do sistema social constitui o próprio fundamento, o que no sistema capitalista, favorece a classe que detém o aparelho do Estado. Assim a ideologia vem a ser a forma de mascarar a realidade concreta à classe explorada, que atua como falsa consciência. Dizendo de outro modo, a ideologia serve para manter o sistema de dominação de uma classe por outra, tendo como função a produção e manutenção das relações sociais de produção vigentes na sociedade. Assim toda ideologia que prevalece é a ideologia da classe dominante.

Ideologia para GRAMSCI (1987) é uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida individual e coletiva e associa-se ao nível econômico de uma classe determinada.

Assim, uma classe dominante, numa determinada formação econômica, ao deter a propriedade dos meios de produção, controla

igualmente os meios de produção mental, impondo desse modo suas idéias às classes que não possuem nem controlam nada (SEVERINO, 1986; IANNI, 1973). Isto se dá através dos aparelhos ideológicos que são utilizados para legitimar a dimensão do capital, proporcionando meios para sua acumulação, onde o trabalhador se anula como classe enredado pela promessa de ter ascensão social (ARAPIRACA, 1982). Isto vem no sentido de justificar o trabalho árduo que é assimilado pelo trabalhador de tal forma que o impede de ter consciência de como é explorado pela classe que detém o poder. Tal ideologia é expressa por aparelhos ideológicos como, por exemplo, a escola, incumbida da tarefa de distribuição do saber, que atende à lógica do capital e serve aos seus interesses, uma vez que forma grupos cada vez mais reduzidos para as funções intelectuais deixando à maioria da população as tarefas de execução.

O saber, segundo Casteles & Ipola, citados por PINTO (1984) é entendido como "um conjunto complexo existente no interior de uma determinada formação social, construído pela acumulação de práticas sociais com um meio ideológico onde os conhecimentos são produzidos, transmitidos, sancionados e aplicados". Para GARCIA (1988), "é o conhecimento que capacita o homem a viver seu cotidiano, a conhecer os fenômenos e os seres de sua realidade, equipa-o para solucionar seus problemas, facultando-lhe a sobrevivência". No entanto, as instâncias responsáveis pela distribuição do conhecimento, não o fazem socializadamente, mas

de forma elitizada. Mesmo encontrando-se em situação de exploração, a classe operária teria consciência desse processo. Mas de onde nasceria essa consciência? Para BASSANI (1986), ela viria da formação das classes e dos movimentos sociais ou luta de classes, "tendo sua origem nas contradições econômicas e sociais geradas por determinado modo de produção, que pela sua própria dinâmica estabelece uma divisão de trabalho, definindo uma situação de classe a partir da posição que cada indivíduo ocupa em relação aos meios de produção... nasce da luta de uma categoria social contra as diferentes formas de exploração, expropriação e subordinação a que se vê submetida".

Para GOMEZ (1987), "a consciência adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais, considerando as relações específicas das diversas categorias de trabalhadores no processo de produção. Isto é, a consciência gera-se na praxis, a partir das interpretações da realidade cotidiana, das pequenas e continuadas lutas diárias, mas fundamentalmente no confronto entre sujeitos com interesses opostos". ARROYO (1987) não foge desta ótica dando ênfase ao papel da praxis; para este autor, a produção do saber é um momento social enquanto fazer humano de classes sociais contraditórias.

Nessa perspectiva, a forma de produção camponesa corresponderia a um saber que se constitui historicamente a partir de sua prática produtiva peculiar, articulada, porém, à

ideologia do modo de produção dominante, subordinada a este, mas também, dialeticamente, em conflito com ele. Dentro desse saber particular o conhecimento vem revestido de um caráter operacional e prático e não com um rigor lógico (PINTO, 1984).

Por outro lado, para haver a reprodução das relações capitalistas de produção, usa-se da inculcação ideológica o que equivale dizer, segundo IANNI (1976), da produção de idéias, valores e princípios, sendo esta reprodução intelectual indispensável ao funcionamento e à reposição do sistema.

Segundo esse mesmo autor, "na sociedade capitalista, a ideologia da classe dominante em geral informa, influência e predomina no pensamento das outras classes sociais e, assim, a ideologia das classes dependentes tende a sintetizar as idéias, crenças ou concepções que caracterizam a cultura de dependência entendendo que esta é fortemente influenciada pela classe dominante. Assim as formas de pensar e agir dos extratos dominados geralmente são determinadas pelas exigências da reprodução do capital onde, através de livro, jornal, revista, filme, rádio, escola, todos os instrumentos e agências de transmissão de informações e conhecimentos são envolvidos no amplo processo de comercialização de mercadorias culturais (IANNI, 1976).

Em última instância, as próprias formas de pensamento das pessoas e grupos sociais estão amplamente determinadas pelas idéias, valores, princípios e doutrinas da ideologia burguesa,

que é o núcleo da cultura capitalista.

Esta inculcação se dá através de uma ação pedagógica e segundo BORDIEU & PASSERON (1976), "numa formação social determinada a ação pedagógica é aquela que corresponde aos interesses objetivos (materiais, simbólicos, pedagógicos) dos grupos ou classes dominantes.

Embasado nesse referencial trabalha-se, nesta pesquisa, as categorias descritas: produção econômica (pobreza) e produção cultural (saber e ideologia), buscando apreender as razões que levam o pequeno produtor (feirante de Lavras) à permanência no processo produtivo diante da sua afirmativa de que "está cada dia mais pobre".

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1. Tipo de pesquisa

Metodologia significa a lógica empregada para encontrar ou construir o caminho adequado para se chegar onde se necessita, no caso, ao objetivo. A metodologia exprime a relação entre o pesquisador e o problema de pesquisa. Dessa forma o pesquisador poderá atingir o objetivo da investigação.

Segundo JONES (1987) "o objetivo é que determina o método", logo dada à natureza do objetivo desta investigação colocado através do problema de pesquisa já levantado, o método utilizado é o da Pesquisa Qualitativa que "tem suas raízes nas práticas desenvolvidas pelos antropólogos, primeiro e, em seguida, pelos sociólogos em seus estudos sobre a vida em comunidade" (TRIVIÑOS, 1987).

A Pesquisa Qualitativa surge de maneira mais ou menos natural, pois ela vem interpretar fatos e informações sobre a vida

das pessoas e fenômenos que não podem ser quantificados e explicados por posicionamentos teóricos positivistas.

O método usado nesta pesquisa foi aquele que segundo TRIVIÑOS (1987), "é capaz de assinalar as causas e as consequências dos problemas, suas contradições, suas relações, suas qualidades e suas dimensões quantitativas quando existem", bem como sua história.

Assim, dentro dessa perspectiva de análise, buscou-se nesse trabalho, apreender as causas que levam os pequenos produtores a permanecerem no processo produtivo frente à situação de empobrecimento em que se encontram.

3.2. Área de estudo

3.2.1. Elementos geográficos

Uma das questões norteadoras do presente estudo se refere ao processo de empobrecimento do pequeno produtor, no caso, os feirantes de Lavras, que constituem, portanto, a população em estudo, sendo a área de abrangência, o município e a região em que se situam.

Lavras está situada ao Sul de Minas Gerais a 230 Km de Belo Horizonte, à margem da Rodovia Fernão Dias, que liga São Paulo à capital mineira.

Localiza-se na zona geográfica 9 a 21°14'30" de latitude Sul

e 45°00'10" de longitude Oeste W-Gr, sendo sua altitude média de 920 metros acima do nível do mar.

Apresenta uma área de 537 Km², confrontando-se ao norte com Ribeirão Vermelho e Perdões, a leste com Ijaci e Itumirim à oeste com Nepomuceno e ao Sul com os municípios de Ingaí e Carmo da Cachoeira.

Criada em 13/10/1831 e instalada em 14/08/1832, teve como município de origem, São João Del Rei. Participa, juntamente com outros 25 municípios, da AMALG - Associação dos Municípios da Microregião Alto Rio Grande (Micro-199; Macro III, Meso 45).

Tal posição geográfica é favorecida pela proximidade dos principais centros consumidores nacionais: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

O município goza de excelente clima com temperatura amena mesmo durante o verão, sendo a máxima de 32°C, a mínima de 5°C e girando entre 21,9°C a temperatura média.

As chuvas têm maior distribuição de janeiro a março e a estiagem se dá de julho a agosto. Os índices de precipitação e distribuição de chuvas giram atualmente em torno de 1.411 mm/ano.

O município é bastante favorecido no tocante aos recursos hídricos, uma vez que se situa entre a bacia do Rio Grande, o Rio do Cervo e o Rio Capivari, tendo ainda seis ribeirões com bom volume de água.

De acordo com a EMATER-MG/ESLOC (1990) o relevo do município segue o da região, que apresenta a seguinte configuração: plano,

14%, ondulado 58% e montanhoso 28%. Quanto ao tipo de solo, ocupando extensão considerável encontra-se o Latossolo, nas colinas e morros corresponde o Podzólico e o Litossolo se encontra nas áreas de montanha, e quanto à cobertura do solo, o município pode assim ser dividido:

26,85% de cerrado

29,81% de campo

4,79% de mata

17,81% de pastagens

0,51% de reflorestamento

4,28% de coberturas permanentes

15,95% outras

Estes dados mostram que a área de matas é bastante pequena e a de reflorestamento mais reduzida e, mesmo assim, as que ainda restam continuam sendo derrubadas para extração da madeira ou para uso do solo com culturas ou pastagens. Tal situação tem despertado nas autoridades municipais preocupação constante, o que levou à criação do CODEMA, órgão destinado a coordenar as ações voltadas para a preservação e defesa do meio ambiente.

3.2.2. Elementos demográficos

Segundo o IBGE o município de Lavras apresenta a seguinte população urbana e rural:

QUADRO 1. População residente por situação de domicílio segundo o ano. Lavras - MG.

Ano	Pop. urbana	Pop. rural	Total
1960	23.793	10.757	34.550
1970	35.489	8.960	44.449
1980	45.300	7.415	52.815
1987	53.742	6.976	60.718
1990 (Estimat. IBGE)	65.102	6.976	72.078

FONTE: Anuário Estatístico de Minas Gerais - 1987.

Pelos dados apresentados pode-se observar que o município apresentou um aumento de 21,5% na população urbana e uma redução em proporção semelhante na população rural. Esta população tem deixado o campo para residir nos centros urbanos, não só em Lavras, mas também nas cidades vizinhas como Ribeirão Vermelho, Ijaci e Itumirin e, por ser uma mão-de-obra sem especialização, acaba por alojar os trabalhadores nas periferias desses centros urbanos, permanecendo como empregados não só urbanos (construção civil e chapas) mas também rurais, com um agravante, pois se tornam bóias-frias, como diaristas individualmente ou em turmas.

3.2.3. Elementos econômicos

A região, e conseqüentemente o município de Lavras, vem passando por sensíveis transformações econômicas a partir dos

anos 70, onde o setor industrial apresenta um significativo crescimento com reflexos sobre os setores do comércio e serviços.

O quadro a seguir mostra a população ocupada por setor de atividade.

QUADRO 2. População ocupada por setor de atividade. Lavras - MG.

Setores	Ano	
	1970	1980
Agropecuário	2.878	2.477
Industrial	2.527	4.576
Comercial	966	2.282
Transform., comunic. e armazen.	1.368	1.458
Outros serviços	5.226	7.468
Total	12.965	18.262

FONTE: Anuário Estatístico de Minas Gerais - 1987.

Pelos dados apresentados pode-se observar que o setor industrial apresentou um aumento significativo, onde a produção é bastante diversificada, com destaque para as indústrias têxteis e de confecção, beneficiamento de minerais, laticínios, metalúrgica, equipamentos pesados, moagem de café e beneficiamento do leite.

Este setor, conforme mostra o Quadro 3, é responsável por uma porcentagem considerável de absorção de mão-de-obra, sendo o seu valor da produção também bastante significativo

QUADRO 3. Nº de estabelecimento, pessoal ocupado, valor da produção e da transformação industrial - 1970 - 1980 - Lavras - MG.

Ano	Nº de estabelecim.	Pessoal ocupado	Valor da produção (Cz\$)	Valor da transf. (Cz\$)
1970	75	840	16.172	6.074
1975	79	789	68.303	29.749
1980	119	1.481	1.094.426	543.608

FONTE: Anuário Estatístico de Minas Gerais - 1987.

Com a implantação no município da CDI - Companhia de Distritos Industriais - esse setor sofreu novo incremento o que tem influenciado positivamente no desenvolvimento da cidade, bem como no seu fortalecimento econômico.

Como consequência disso, o setor de comércio, bem diversificado também de 1970 para 1980, apresentou um aumento na absorção de mão-de-obra na ordem de mais de 100% conforme mostra o Quadro 2.

Quanto ao setor rural, o Quadro 4 apresenta a estrutura fundiária do município.

QUADRO 4. Estrutura fundiária do município de Lavras - MG - 1970
- 1980.

Grupo de área (ha)	1970		1975		1980	
	Nº de prop.	Área ocupada	Nº de prop.	Área ocupada	Nº de prop.	Área ocupada
até 10	289	1.477	214	1.167	179	846
10 - 50	435	10.066	371	9.160	312	7.565
50 - 100	125	8.814	188	8.336	111	7.609
mais de 100	100	20.406	116	25.926	122	27.196
Totais	949	49.522	819	44.590	724	43.249

FONTE: TROMBETA, 1989.

Os dados apresentados anteriormente permitem visualizar que predomina no município a pequena propriedade com área inferior a 50 ha. Mostra também, que no decorrer de 1970 a 1980 o número dos estabelecimentos compreendidos nesse estrato decresceu sensivelmente tanto no número quanto na área ocupada.

A produção agropecuária contribui com percentual elevado na receita econômica do município. A arrecadação de ICM no município segundo o Anuário Estatístico de Minas Gerais em 1987 foi de Cz\$ 155.383.506,00, destes, 31,6% foram gerados pela agricultura (ESLOC, 1991).

Entre as atividades relacionadas com o setor agrícola, o café e o leite são as mais exploradas e são as únicas que apresentam superavit em relação ao consumo do município. Todas as

demais ficam abaixo das necessidades como se pode observar no quadro a seguir:

QUADRO 5. Produção e consumo dos principais produtos agrícolas no município de Lavras - MG - 1990.

Produto	Prod./Ano	Consumo/Ano	Situação
Arroz	440,50 t	1.401,00 t	-906,50 t
Feijão	437,02 t	934,40 t	-497,00 t
Carne	1.368,82 t	2.336,00 t	-968,00 t
Hortaliças	824,70 t	18.680,00 t	-17.855,30 t
Leite	13.146.000,00 l	9.344.000,00 l	3.800,00 l
Ovos	594.666,00 dz	834.285,00 dz	-240.000,00 dz
Café	1.178,46 t	467,20 t	711,26 t
Milho	7.310,00 t	10.083,00 t	-2.773,00 t

FONTE: ESLOC - 1990.

No que se relaciona com a pecuária, sobressai a bovinocultura de leite e a exploração de ovos e suínos que, segundo o Censo Agropecuário de Minas Gerais (1980), teve a seguinte distribuição quanto ao valor da produção: animais de grande porte 49%, aves e pequenos animais 6,2% e animais de porte médio 3%, sendo as culturas (permanentes 20,1%, temporárias 21,7%) responsáveis pelos outros 41,8%.

Esta é então a configuração da região na qual se realizou a pesquisa.

3.3. A feira

A feira livre de Lavras foi instituída em 1964 por iniciativa dos técnicos do Escritório Regional da então ACAR, hoje EMATER-MG.

Preocupados com a situação dos pequenos produtores da região e com o número cada vez maior de caminhões carregados de verduras, vindas de outros centros, que entravam no município, esses técnicos sugeriram a criação da feira livre do produtor. Com isto queriam proporcionar aos produtores hortifrutigranjeiros novas formas de conseguir recursos para suas propriedades e evitar a perda de divisas para o município, que vinha importando tais produtos de outras regiões para o abastecimento interno.

Foram feitas reuniões entre os técnicos, o Prefeito Municipal e produtores, no sentido de sensibilizar os produtores para a nova proposta de trabalho dos extensionistas da ACAR. Nestas reuniões, discutia-se sobre o que seria uma feira, seu funcionamento e o que se poderia auferir como resultado da proposta e, ainda, como os produtores poderiam se organizar para que a idéia se concretizasse.

Segundo os técnicos, esta foi a primeira feira idealizada ao nível dos serviços de extensão rural,

"não existia nada pronto, não havia material e literatura de pesquisa que pudesse nos orientar... só tínhamos a idéia e a vontade de fazer acontecer... e sabíamos que era um processo que tinha que nascer da gente e que tinha que atender às necessidades e os desejos de cada um... O como fazer nasceu do processo e tomou corpo na discussões e na troca com os produtores" (H.N.P., Técnico EMATER Regional de Lavras).

A primeira barraca surgiu de uma maquete feita por um técnico em uma oficina da cidade e, ao ser submetida à apreciação do prefeito, este a aprovou e autorizou a construção de dezoito barracas para os primeiros feirantes, com a promessa destes as pagarem posteriormente. A barraca modelo foi armada primeiramente na prefeitura e depois na praça principal da cidade como forma de propaganda e aviso aos consumidores de que em breve seria inaugurada a feira livre, onde poderiam ser encontrados produtos da região, de melhor qualidade e a preços mais acessíveis. Nesta fase do trabalho os produtores se encontravam animados e passaram a acreditar mais na idéia que já tomava corpo e se concretizava.

Com isto começou-se a organizar o processo produtivo, com o objetivo de conseguir diversidade de produtos, o que evitaria ter que trazer de outras regiões, produtos que aqui não eram encontrados. A temática principal e a orientação técnica versavam sobre o processo participativo nas tomadas de decisões. Enquanto isso, foi feito um trabalho de divulgação na comunidade, no sentido de sensibilizá-la para a inauguração da feira.

Inicialmente a feira funcionou em ruas da cidade, e nas instalações do Mercado Municipal, mas com o abastecimento ainda deficitário.

Buscando aperfeiçoar o processo de trabalho o serviço de extensão rural (EMATER-MG) orientou, a partir de maio de 1986, um novo estudo da problemática local, o que levou a concluir que 60,9% do consumo de hortaliças eram produzidos no próprio município e 39,1% de suas necessidades importadas de outras áreas (TROMBETA, 1989). Ainda para esse autor, para atender o consumo local da época, havia estimativa de manter-se a produção de 4,206 hectares semanalmente.

Nesse sentido, haveria necessidade de aumentar a produção para atender à demanda, pelo fato dos produtos hortícolas serem altamente perecíveis, qualquer estímulo à produção deveria vir acompanhado de sua organização para o mercado, pois a conservação era o ponto de estrangulamento no processo de comercialização desses produtos. Portanto, buscando equacionar tais problemas decorrentes do incremento da produção, foi fomentada a união dos horticultores e demais interessados no abastecimento local.

Essa união, aliada a motivos técnicos e políticos, moveram as ações de organização de um grupo de produtores, que mais tarde se denominou Grupo Associativo. Tal grupo empenhou-se no estudo da viabilidade de se instalar, no município, um mercado do produtor, que em outras regiões do país já vinha se concretizando. Neste mercado seria concentrada a produção de hortícolas da região e daí distribuída para os centros urbanos maiores.

Segundo TROMBETA (1989), os recursos técnicos para a

iniciativa seriam alocados, a nível de estado, através da Companhia Brasileira de Abastecimento (COBAL) e pela Central de Abastecimento de Minas Gerais (CEASA - MG). A nível municipal buscou-se a integração das entidades diretamente relacionadas com a proposta de implantação do mercado do produtor. A iniciativa também foi apoiada pelas autoridades que vislumbravam carrear dividendos políticos com tal ação.

Ainda para TROMBETA (1989), estes antecedentes deram suporte à formalização do Grupo Associativo, em 16 de outubro de 1979, com a assinatura de um contrato de ajuda mútua entre 32 produtores rurais e, através deste Grupo Associativo, foi criado o Mercado do Produtor.

A feira livre que vinha acontecendo nas ruas e no Mercado Municipal nessa ocasião passou para o Mercado do Produtor, onde funcionou apenas por um curto período de tempo, pois diferentes motivos impediram que o Mercado funcionasse como local de comercialização dos feirantes.

Após tais acontecimentos foi criado o CEAL - Centro de Abastecimento de Lavras, que, tendo seu funcionamento regulamentado por Estatutos, Leis e Decretos municipais buscou dar suporte à comercialização dos feirantes que, em 1991, eram em número de quarenta e um, sendo constituídos na sua maioria por pequenos produtores.

Atualmente, o objetivo da feira, em Lavras, tem sido o de trazer benefícios para os produtores rurais, consumidores e,

consequentemente, para o município. Em relação aos produtores, ela tem sido uma nova opção de renda e um incentivo ao associativismo, oferecendo uma alternativa de compra de insumos em grupo, barateando o seu custo e facilitando a comercialização de seus produtos a melhores preços do que os realizados com os intermediários. O consumidor tem oportunidade de comprar produtos de melhor qualidade, frescos e com uso correto de agrotóxicos e a preços mais acessíveis. O município também se beneficia, pois o dinheiro passou a circular dentro dele. E, ainda, a feira tem como objetivo um relacionamento maior entre produtores diretos e consumidores, tendo como consequências, benefícios sociais advindos desse contato.

3.4. População e amostra

A população foi constituída pelos feirantes que produzem e comercializam, eles próprios, a sua produção, sendo, na época da realização da pesquisa, em número de quarenta e um produtores, e que têm na produção de hortifrutingranjeiros e na comercialização, através da feira, sua principal atividade econômica. A amostra constou de 24 produtores (58%), escolhidos aleatoriamente.

3.5. Coleta das informações

A pesquisa de campo foi realizada de setembro a dezembro de 1990. A coleta das informações foi feita através de documentos, observação livre, questionário com questões livres e padronizadas e também através de entrevistas semi-estruturadas com os feirantes.

Documentos tais como Estatutos, Leis e Decretos Municipais, Cadastros, Contratos e Regulamentos, arquivados na Secretaria Municipal de Agricultura e EMATER serviram de orientação no entendimento e análise das estruturas vigentes na feira, bem como na ordenação de fatos de sua história.

A observação livre foi uma técnica usada na pesquisa, embora poucas vezes, objetivando checar algumas informações que não apresentavam devida clareza. É importante ressaltar que essa é uma técnica usual na pesquisa qualitativa, segundo TRIVIÑOS (1987), "observar não se trata apenas de olhar mas de destacar de um conjunto de coisas algo específico e assim estudar seu significado". As observações livres foram seguidas de anotações de natureza reflexiva, onde eram registrados o diálogo entre os feirantes e destes com a clientela.

A partir dos questionários foi possível caracterizar os produtores, tendo como referência o tamanho da propriedade, o tipo de produção, a renda, a mão-de-obra, entre outras variáveis. Através da análise sócio-econômica pôde-se verificar se eles

realmente estão "cada dia mais pobres".

A entrevista semi-estruturada foi a técnica mais utilizada na coleta das informações. Para TRIVIÑOS (1987) a entrevista semi-estruturada é aquela que parte de perguntas fundamentais que são resultado, não só da teoria que alimenta a ação do investigador, mas também, de toda a informação que ele já recolheu sobre o fenômeno social que lhe interessa. Assim, tais entrevistas seguiram um roteiro previamente elaborado, no sentido de captar o universo de cada feirante através de suas representações e aspirações, com o intuito de explicitar sua história e, a partir daí, poder identificar a consciência que ele tem desse processo de empobrecimento crescente. Apesar de possuir tal roteiro este não era um esquema rígido de perguntas predeterminadas, nem a ordem em que foram formuladas era essencial.

As entrevistas foram todas gravadas, com autorização dos entrevistados. Alguns pediam para ouvir, no todo ou em parte, aquilo que havia sido gravado. Foi entrevistado o feirante que geria os negócios, às vezes o pai, outras vezes, um dos filhos, ou os dois, havendo também a participação dos outros membros da família (a esposa e os outros filhos menores) que entravam por vezes "na conversa".

As entrevistas tiveram duração média de 1 hora e 30 minutos, com exceção de algumas que ultrapassaram esse tempo, devido à solicitação do entrevistado, para que se continuasse o diálogo.

Realizadas as entrevistas, estas eram ouvidas e transcritas, se possível no mesmo dia, tendo-se a preocupação de registrar as mesmas palavras e expressões dos entrevistados. Dos registros foram tirados os depoimentos significativos usados no corpo desse trabalho.

3.6. Análise das informações

A análise e/ou tratamento das informações se deu em duas dimensões.

Os dados quantitativos que foram coletados visando caracterizar economicamente os produtores, foram tabulados e apresentados em quadros e tabelas.

As informações referentes às representações e aspirações tiveram análise de conteúdo, pois segundo Bardin, citado por TRIVIÑOS (1987) "este método se presta para o estudo das motivações, atitudes, valores, crenças, etc..., e para desvendar ideologias e tendências dos fatos sociais que à simples vista, não se apresentam com devida clareza". Tal análise foi feita com base nos conteúdos dos registros dos depoimentos obtidos junto aos produtores, referenciando-os às teorias que embasam esse trabalho, atendo-se principalmente ao objetivo e às questões norteadoras contidas no levantamento do problema de pesquisa.

Este método de análise foi usado no intuito de descobrir o que leva o pequeno produtor feirante à permanência no processo

produtivo.

Ressalta-se, no entanto, que não houve intervalo de tempo entre a coleta de informações e a interpretação das mesmas, ocorrendo, às vezes paralelamente, a fim de se ter maior precisão, tendo presente nesse processo, o quadro teórico.

4. A PEQUENA PRODUÇÃO NA REGIÃO DE LAVRAS: O FEIRANTE

4.1. Área e propriedade da terra

De acordo com o censo agropecuário de Minas Gerais - a estrutura fundiária do município de Lavras e região, no período de 1970-1980, apresentava 67,8% do total de estabelecimento com área inferior a 50 ha.

Esta mesma realidade se observa entre os feirantes desta região em 1990 - época da realização dessa pesquisa.

Dos 24 produtores feirante entrevistados, 62,53% possuem área inferior a 50 ha e 16,67% trabalham em terras que não são de sua propriedade, restando 12,50% com área superior a 50 ha, observando, nesse extrato, algumas propriedades onde a terra se encontra em comum com os irmãos que ali trabalham (Quadro 6).

QUADRO 6 Distribuição dos feirantes por área da propriedade -
Lavras, MG, 1991.

Área	Nº de produtores	%
0 - 10	03	12,50
10 - 20	04	16,67
20 - 30	07	29,18
30 - 40	01	4,18
40 - 50	02	8,34
Mais de 50	03	12,50
Sem terra	04	16,67
Total	24	100

FONTE: dados da pesquisa.

A maior porcentagem dos entrevistados possui propriedade com área inferior a 30 ha e, mesmo assim, 15% destas encontram-se também, em comum, entre os familiares, aguardando resultado de inventário e/ou partilha da herança, por morte do proprietário ou mesmo aposentadoria, ou incapacidade de gerir e administrar a propriedade:

"Meu marido foi morto por um boi aqui nesse curral... hoje meus filhos tocam o que ele deixou, até os casados me ajudam... e eu gosto de ver todos juntos". (E.B.P., 62 anos, Fonseca)

"Eu tenho quase 30 ha de terra que fui comprando aos poucos. Agora que já estou velho, dei o desfrute para meus filhos. Cada um fez sua casinha num pedaço de terreno e plantam o que querem". (S.P.S., 79 anos, Boca da Mata)

Uma situação encontrada entre os produtores foi a dos "sem terra": trata-se daqueles que arrendam ou tomam à meia a terra de

outros produtores e assim conseguem uma pequena produção que é comercializada na feira.

"Minha família é grande, fora os casados que também trabalham comigo, ainda tenho oito filhos em casa. A gente não tem terra, cuidamos dessa fazenda de 195 ha... e o dono deu 15 ha para a gente plantar para nós mesmos..." (S.B., 54 anos, Volta do Brejo)

"A terra pra mim é tudo, sem ela a gente não vive, mas eu não tenho nem um palmo dela, e não tenho esperança de ter, pois só faço pra viver... pego terra dos outros e dela tiro meu sustento e de minha família, planto milho, feijão e fumo de meia e em uma ladeira que meu sogro me cedeu planto mandioca que vendo na feira". (V.R.F., 36 anos, Paiol)

"Sou de São Paulo - da cidade de Lins, minha família sempre trabalhou com hortaliças, como a área era pequena pra todos, vim em busca de terra mais farta. Ao chegar aqui não consegui comprar, então trabalho na terra dos outros. Alugo 30 ha a preço de mercado onde planto cereais e peguei 5 ha a meia, e é nesse pedaço que produzo as hortaliças". (K.K., 55 anos, Ipiranga)

A área das propriedades tem diminuído gradativamente, seja pela repartição entre herdeiros, pela venda de parte delas ou, ainda, abrigando maior número de pessoas dela dependentes.

"A gente conseguiu fazer o que tem aí com muita luta e economia, foi juntando e segurando e comprando aos poucos. A tendência nossa agora não é comprar, isso foi no passado, agora é conservar o que tem e olha lá... e pra isso a gente depende muito da ajuda de Deus, porque muitos estão vendendo as terras pra poder viver. A gente tem que fazer um duro pra segurar o que faz, por que se abre um pouquinho tudo vai escapulindo... Nós vendemos um pedacinho, foi pouco... foi por muita precisão..." (F.O., 80 anos, Tanque)

"Agora que já aposentei vou repartir as terras pros meus filhos... se eles quiserem tocar, tudo bem, eu já tô velho... não aguento mais". (N.R., 65 anos, Limeira)

Em relação à posse da terra a quase totalidade dos feirantes é proprietária da terra, sendo que alguns ainda não têm a titulação. O Quadro 07 apresenta esse fato.

QUADRO 7. Posse da terra pelos feirantes. Lavras, MG, 1990.

----- Categoria	Nº de produtores	%
Proprietários	17	70,82
. Com título	(14)	(82,35)
. Sem título	(03)	(17,65)
Alugada/arrendada	02	8,34
Meia	02	8,34
Desfrute	03	12,50
Total	24	100,00

FONTE: dados da pesquisa.

Dos 70,82% que são proprietários a maioria (82,35%) tem a titulação da terra e apenas 17,65% não a possuem. Esta falta de título da terra ocorre por razões diversas, sendo a mais comum a compra de direito de herança.

Quanto a origem de posse da terra, 52,94% a herdaram e 47,06% a compraram (Quadro 8). Observou-se que aqueles que compraram a terra têm no casamento um marco importante pois o fizeram incentivados por este.

QUADRO 8. Origem de posse da terra dos feirantes de Lavras, MG, 1990.

----- Forma de aquisição	Nº de produtores	%
Comprada	08	47,06
Herdada	09	52,94
Total	17	100,00

FONTE: dados da pesquisa.

"Comprei minhas terras, mais ou menos quando casei, depois que casei comecei a trabalhar mais e até passei a tirar mais, quando eu era solteiro fazia pra gastar, hoje tenho mulher e filhos e até já deu para comprar meus 3 alqueires de terra". (C.J.P., 27 anos, Ribeirãozinho)

"Quando eu casei, as coisas ficaram difíceis, trabalhava até de bater pasto, mas pouco dava, aí fui pra São Paulo e lá ganhei um bom dinheiro, voltei comprei esse pedaço aqui e fiquei quieto. Quando as coisas pioravam eu voltava para São Paulo para ganhar dinheiro... Se eu fosse solteiro num ligava para isso..." (J.B.N., 56 anos, Caxambu)

Configura-se assim, a área e posse da terra, quanto à área predominando o minifúndio e quanto à posse da terra a maioria é proprietária. Existem alguns produtores sem terra que vivem do trabalho em propriedades, como parceiros ou arrendatários, assegurando com isto a mão-de-obra necessária ou complementar da mão-de-obra familiar na pequena produção, como se verá em tópicos posteriores

4.2. Atividade e renda

As atividades desenvolvidas pelos produtores são, a produção de leite, cereais, fumo e a olericultura que predomina na quase totalidade das propriedades. Todos os produtores desenvolvem mais de uma atividade, seja para a comercialização ou para uso na propriedade (Quadro 9).

QUADRO 9. Distribuição dos produtores quanto a atividade desenvolvida. Lavras, MG, 1990.

Atividade	Nº de produtores	Percentual
Olericultura	02	8,33
Olericultura e cereais	09	37,50
Olericultura, leite e cereais	07	29,17
Olericultura, fumo e cereais	02	8,33
Leite e cereais	03	12,50
Leite, fumo e cereais	01	4,17
Total	24	100,00

FONTE: dados da pesquisa.

Predomina entre os feirantes o minifúndio e, segundo SILVA (1982), no Brasil, as pequenas propriedades são responsáveis pela produção de mais de 50% dos alimentos, das matérias-primas de transformação industrial e dos produtos hortifrutícolas. Isto pôde ser observado nos produtores entrevistados.

Os produtores, em sua maioria (83,4%), estão envolvidos com a produção de hortaliças. Apesar de dizerem que tal atividade tem declinado sensivelmente há mais de 5 anos, mesmo assim continuam no ramo, alguns por tradição, outros por falta de opção e, ainda outros, por não saberem fazer outra coisa:

"Desde que me entendo por gente venho produzindo isto mesmo, algumas hortaliças, mandioca e uns pés de cana..." (P.C.S., 44 anos, Charco Grande)

"Depois que casei vim pra cá e comecei a mexer com horta porque o movimento dessa região era a horticultura e porque era o que dava um dinheirinho melhor para quem tinha pouca terra". (W.C.A., 42 anos, Cachoeirinha de Cima)

"Estou com a produção de verduras até hoje porque já tentei outras profissões e não deu certo". (E.E., 50 anos, Cachoeirinha de Cima)

"Meu pai sempre produziu hortaliças, isto desde quando começou a feira em 1964 - eu ia com ele - depois que ele morreu continuamos o trabalho. Também se fosse pra mudar eu não ia saber o que fazer, porque eu nasci e cresci fazendo isto". (J.B.P., 40 anos, Fonseca)

Dentre os que produzem alimentos, encontram-se aqueles que trabalham com o leite, 11% dos entrevistados estão voltados para essa atividade, sendo que, no entanto somente 27% destes têm no leite o produto principal de comercialização na feira, fazendo-o através do queijo caseiro:

"Eu trabalhei em outros ramos, em 1979 comecei com a atividade de leite exclusivamente, fazendo queijo, nunca vendi o leite, se hoje ele dá Cr\$ 20,00 eu consigo com o queijo Cr\$ 60,00". (J.E., 52 anos, Cachoeirinha)

"Produzir leite hoje e vender para a cooperativa é marcar passo, principalmente em pequena escala, por isso faço o queijo e vendo na feira, assim pelo menos escapo desse atravessador danado que é a cooperativa". (F.S., 56 anos, Cachoeirinha)

A quase totalidade dos produtores (87,5%) produz alimentos básicos (feijão, milho e arroz) com vistas ao mercado, produtos que acabam sendo consumidos pela família ou usados na propriedade, principalmente na alimentação de animais como gado, porco e galinha. Na verdade, plantam para a comercialização, embora a produção, na realidade, não dê para tal, limitando-se ao consumo, sendo apenas excedente vendido. Mas é importante frisar que o que leva a decidir pela produção desses gêneros são o mercado e a comercialização:

"... aĩ pensei: vou plantã o arroz porque ele tã bom de preço... mas no fim deu pouco e acabei deixando ele pro gasto mesmo". (J.N.B., 56 anos, Caxambu)

"Ter a feira ě a melhor coisa. Tudo que a gente planta a gente pode por lã prã vender... tem coisas que eu queria vender e apurar mais uma renda, mas a gente planta pouco e fica pro gasto, por exemplo o arroz se eu vendesse dava certo mas ě a nossa conta". (J.C.B., 29 anos, Barreiro)

Assim, muitos dos produtores se enquadram na agricultura de subsistência, pois o que produzem, destina-se ao consumo familiar e o excedente ě comercializado no sentido de comprar aquilo que não produzem - mercadoria trocada por mercadoria (ARAPIRACA, 1982). Estes não fazem uso de crédito institucionalizado e ainda não se tecnificaram e tēm um grau fraco de vinculação com o mercado, pois o que produzem ě destinado à subsistência da família, embora na concepção deles estejam produzindo para a comercialização.

Encontram-se, no entanto, produtores que podem ser denominados "novo camponês" (SILVA, 1982), aquele que orienta sua produção para o mercado e a vě cada vez mais atrelada ao movimento do capital, passando a ser uma mera força de trabalho para o capital pois não lhe possibilita acumulação, capitalização e ascensão econômica.

"Planto milho, feijão e arroz irrigado, forneço um pouco para os empregados, gasto um pouco e o resto vendo, mas isso não dá quase nada de lucro. Acaba ficando elas por elas... isto quando a gente não tem que desembolsar 'algum' para pagar prejuízos..." (J.F., 44 anos, Registro)

Hã também produtores que estão envolvidos com a cultura do fumo. Segundo estes, esta ě uma boa atividade pois traz bons

lucros, o que sustenta as outras atividades que não vêm apresentando bons resultados financeiros.

O fumo é um produto com alta taxaço, no entanto, nenhum dos produtores recolhe o imposto, talvez por ser o plantio em pequena escala ou mesmo por negociarem através das cadeias informais de comercializaço, ficando com isto isentos de fiscalizaço. Vivem, no entanto, constantemente preocupados com essa situaço. Um dos produtores comercializa uma parte de sua produço na própria feira e, segundo este, o consumo do "fumo de rolo" tem aumentado sensivelmente pois "as pessoas estão fugindo do veneno do cigarro de papel":

"Produzo bastante fumo, mas isto a gente não pode falar por causa do governo... é uma coisa que a gente nunca pode declarar porque a venda é sem nota fiscal. Com nota a gente tem que pagar um imposto tão grande que nem compensa". (S.P.S., 79 anos, Boca da Mata)

"Planto fumo de meia com os fazendeiros da região e é com isto que apuro um pouco mais, este ano plantei 5.000 pés e tocou pra mim 12 arroubas". (V.R.F., 36 anos, Paiol)

"Consigo ganhar um dinheirinho maior é produzindo fumo, que é uma mercadoria boa de negociar, tem muita gente interessada, tem muito atravessador, isto me ajuda pois dá até pra cobrir prejuízos que sempre aparece nas outras culturas". (C.J.P., 27 anos, Ribeirãozinho)

Pode-se perceber que a relação destes produtores com o mercado é para eles a esperança de sair do estado de assalariamento e eles têm consciência disto:

"... eu sei que se ficar plantando pouco e meio escondido eu nunca vou crescer... mas é assim que dá, o governo não ajuda a gente nesse ponto... acho que o imposto das coisas é grande é pra gente desistir mesmo, e continuar com a horta, o milho e o feijão". (S.P.S., 79 anos, Boca da Mata)

Em relação à renda, segundo os produtores, esta é baixa, não atingindo, na grande maioria a dois salários mínimos, conforme Quadro 10, onde nota-se um baixo nível de renda mensal na maioria dos produtores entrevistados.

QUADRO 10. Renda dos feirantes em salários mínimos. Lavras, MG, 1990.

Renda (s. mínimo)	Nº de produtores	%
Até 01	07	29,17
01 - 02	10	41,67
02 - 03	03	12,50
03 ou mais	04	16,66
Total	24	100

FONTE: dados da pesquisa.

Mais de 50% das famílias têm uma renda inferior a 2 salários mínimos, apesar de contarem com mais de uma pessoa economicamente ativa por família.

"Eu não ganho muito não, mas minha esposa me ajuda na despesa, ela é professora e ganha mais do que eu. Também tem meu genro, dou as terras e ele planta; faz toda a despesa e acaba me dando quase que de tudo. Ele é dentista, tem dinheiro pra investir". (F.S., 56 anos, Cachoeirinhas)

"Minha filha é costureira e arruma cabelo dos outros, o que ela ganha vem pra dentro de casa... porque o que ganho na feira mal dá pra gasolina e umas outras coisas de precisão..." (P.C.S., 44 anos, Charco Grande)

Observando-se as residências, quanto aos níveis de conforto, tem-se situação semelhante à indicada pela renda (Quadro 11).

QUADRO 11. Uso de eletrodomésticos pelos feirantes. Lavras, MG, 1990.

Eletrodoméstico	Nº de famílias portadoras	%
Geladeira	18	75,00
T.V. preto e branco	08	33,33
T.V. cores	12	50,00
Freezer	05	20,83
Rádio	24	100,00
Vídeo	02	8,30
Fogão à gás	16	66,66
Máquina de lavar	06	25,00

FONTE: dados da pesquisa.

O uso de eletrodomésticos é considerado pelos produtores pouco generalizado com exceção do rádio, televisão e refrigerador que são usados pela maioria dos entrevistados. A televisão e o rádio como forma de lazer e de informação e o refrigerador é usado em função da atividade desenvolvida, horticultura e leite, produtos altamente perecíveis.

Quanto ao local de residência pode-se constatar, conforme o Quadro 12, que a maioria dos feirantes (75%) reside na propriedade.

QUADRO 12. Local de residência dos feirantes - Lavras, MG, 1990.

Localidade	Nº de produtores	%
Propriedades	18	75
Cidade	06	25
Total	24	100

FONTE: Dados da pesquisa

Observou-se também que as casas geralmente são pequenas, oscilando entre 50 e 80 m², apresentando um estado de conservação bastante precário, necessitando de reformas e melhoramentos. No entanto, segundo os produtores, tais reformas não ocorrem porque não tem sobrado recurso para esta manutenção e para investimentos.

"Herdamos nossa propriedade há 10 anos, e ela está do jeito que meu sogro deixou, não tive condições nem de colocar luz elétrica aqui ... e olha que o poste está na porta... mas como comprar o transformador? Tenho uma usininha, aqui mas ela não dá pra tocar nada, não tenho televisão nem ferro de passar." (E. E. 50 anos, Cachoeirinha de Cima).

"Quando meu pai comprou isso aqui, era quase desse jeito mesmo, sô eu que fiz perto da casa dele a minha casinha, o único melhoramento nesse tempo todo foi a luz ... meu pai fez um empréstimo e conseguiu a luz. De uns tempos pra cá a gente não fez quase nada de melhoria aqui... não sobra dinheiro pra essas coisas" (J.C.B., 29 anos, Barreiro).

A totalidade dos feirantes afirma que a renda antes era maior, e isso significa dizer que vem ocorrendo uma descapitalização dessa categoria de produtores.

"Antes eu ganhava muito, mais do que hoje, e eu trabalhava no mesmo ramo. Hoje ganho menos porque o insumo está muito caro e o crédito difícil, e sem isto minha produção é baixa e assim acontece o que todo mundo pode ver ... cada dia a gente está pior..." (K.K. 50 anos, Ipiranga)

"Sei que minha renda diminuiu, porque pra eu comprar as coisas que preciso eu gasto muito mais, porque as coisas da indústria tem valor alto, antes era melhor, eu vendia mais fácil e o dinheiro entrava mais rápido... hoje também o povo não compra como antes..." (J.F., 44 anos, Registro)

"Minha renda antes era maior, fazia mais fatura, hoje a gente pega o dinheiro, paga um e outro, paga isso e aquilo, e no fim para sobrar um salário mínimo é difícil..." (M.R., 24 anos, Lagoinha)

"Hoje as coisas estão muito mudadas, antes a gente tinha muitos empregados ... hoje não temos nem um camarada, e com isto nossa renda caiu". (E.B.P., 62 anos, Fonseca)

Acredita-se que essa renda baixa também ocorre devido à comercialização que assume características bastante peculiares em função de fatores tais como:

- **Perecibilidade dos produtos olerícolas não permitindo o armazenamento** - os produtos olerícolas são altamente perecíveis levando os produtores a comercializá-los imediatamente após a colheita, não tendo tempo de "negociar" em busca de melhores preços.
- **Oscilações dos preços em função de fatores climáticos** - a perecibilidade aliada a fatores climáticos também provoca oscilações nos preços podendo ocorrer variações de alta ou baixa, conforme a oferta do produto.

- Entrada na região de produtos olerícolas oriundos de Belo Horizonte e São Paulo - o que mais tem interferido no processo de comercialização dos feirantes, tem sido a entrada de produtos olerícolas, vindos de outras regiões para abastecimento dos supermercados e "verdurões" da cidade, onde, além de serem oferecidas mais variedades, também, na maioria das vezes, os preços são mais baixos.

Esses fatores têm interferido de maneira decisiva na comercialização dos feirantes fazendo com que muitos voltem com o produto para a propriedade, onde é dado ao gado ou simplesmente jogado fora. Estas perdas são estimadas em 30%.

4.3. Modernização, processo de produção e força de trabalho

O processo de modernização da agricultura veio no sentido de tentar sanar problemas observados nesse setor como aumento da renda dos agricultores, oferecimento de empregos durante todo o ano, aumento de salários, entre outros.

Anunciava-se que, aumentando a produtividade através da modernização, tais problemas seriam sanados. Com tal intuito, foram formuladas as políticas de modernização da agricultura. O Crédito Rural, principal instrumento utilizado, permitiria a tecnificação do produtor. A pequena produção, no entanto não foi beneficiada, especialmente aqueles produtores que se dedicavam à produção de gêneros de primeira necessidade, pois possuíam um

baixo poder aquisitivo e, conseqüentemente, viam-se impossibilitados de assumir um comportamento empresarial (SILVA, 1982).

A falta de acesso ao Crédito Rural se verificou na quase totalidade dos entrevistados que acabam usando métodos tradicionais de produção, não por opção ou desconhecimento de técnicas modernas, mas pelo fato dessa tecnologia vir associada a investimentos de capital.

Mais da metade dos produtores (55%) nunca fizeram uso de financiamento e os outros 45% o fizeram no passado para custeio e para investimentos tais como eletrificação rural, reforma de moradia e irrigação.

Em relação à mecanização, pode-se dizer que ela se faz presente em parte significativa das propriedades (95,9%), variando no entanto, o grau de mecanização em função da posse de máquinas e implementos e do tipo de cultura desenvolvida. Há produtores que possuem suas próprias máquinas e empregam-nas em todas as etapas possíveis do ciclo de produção. No entanto, existem aqueles que alugam máquinas e equipamentos, apenas para o preparo do solo, gastando para tal pouco tempo de trabalho (média de 20 horas anuais). Os que alugam máquinas geralmente o fazem da prefeitura, a preços mais acessíveis ou de terceiros, como vizinhos, tendo que pagar o preço de mercado. (Quadro 13).

QUADRO 13. Uso de máquinas e implementos pelos feirantes - Lavras, MG, 1990.

Uso de máquina	Nº de produtores	%
Alugada	16	66,70
Própria	07	29,20
Não usa	01	4,10
Total	24	100,00

FONTE: dados da pesquisa

Pode-se observar que a quase totalidade dos produtores faz uso de máquinas e equipamentos, embora a maioria não tenha equipamento próprio, tendo que alugar de terceiros o que onera bastante o custo de produção.

"Eu não tenho nada mecanizado. Meu trabalho é duro mesmo e é tudo no braço, sei que o trator aumenta a produção mais não é pro meu 'bico', isto é para os que têm dinheiro. Quando aperta muito e quando dá, eu alugo da prefeitura, mas é muito difícil porque a máquina é muito concorrida ... e além de tudo tem que ser amigo deles." (L.J.B., 35 anos, Ponte do Funil).

Apenas um produtor não faz uso de máquinas e implementos, mesmo que alugado, porque seu terreno é muito acidentado e por isso não tratorável.

Autores, como SILVA (1982), afirmam que a mecanização agrícola acentua a sazonalidade da ocupação da mão-de-obra, onde o agricultor passa a ocupar mais mão-de-obra volante do que permanente. No entanto, alguns estudos como de MUSUMEC (1987), têm demonstrado que na olericultura a mecanização não tem produzido esse efeito, onde a especificidade dos produtos

cultivados colocam limites à utilização de máquinas e assim exigem mão-de-obra em etapas distintas como formação de mudas, transplantes, desbrotamentos, estaqueamento, colheitas etc.

Nas unidades pesquisadas, pôde-se observar que o uso de máquinas não afetou o emprego de mão-de-obra, predominando a força de trabalho familiar, em algumas propriedades, combinada com a de assalariados (Quadro 14).

A quase totalidade dos feirantes vive de seu trabalho e do trabalho de sua família e cada vez mais se vêem forçados a multiplicar esse trabalho no sentido de assegurar sua permanência no processo de produção.

Muitos produtores, no passado, faziam uso de mão-de-obra contratada, mas hoje o que predomina é o trabalho familiar. Com o agravamento do processo de descapitalização, alguns têm vendido temporariamente sua força de trabalho, no sentido de assegurar sua propriedade, na expectativa de melhorar suas condições de sobrevivência. A venda da força de trabalho vem acontecendo de forma convencional, assalariamento, ou mediante formas não monetarizadas de pagamentos, como a troca da mão-de-obra em etapas distintas da produção, por horas de trabalho de trator.

"... de vez em quando eu tenho que trabalhar prá fora, porque o que eu faço aqui não anda dando ... mas trabalhar para os outros também não compensa muito, o bom é que a gente vê o dinheiro..."
(J.C.B., 29 anos, Barreiro).

"Como agricultor nunca trabalhei para os outros, só nas minhas terras; mas como pedreiro sim, sempre que preciso eu pego um servicinho desse tipo". (E.E., 50 anos, C. de Cima).

Quanto ao tipo de mão-de-obra utilizada nas propriedades o que predomina é o trabalho familiar, conforme se apresenta no Quadro 14.

Quadro 14. Composição da mão-de-obra utilizada pelos feirantes na propriedade. Lavras - MG, 1990.

Tipo de mão-de-obra	Nº de produtores	%
Familiar	17	70,80
Contratada	02	8,30
Familiar e contratada	05	20,90
Total	24	100,00

FONTE: Dados da pesquisa.

Através do Quadro 14 pode-se perceber que o trabalho familiar representa 70,8% da força de trabalho utilizada pelos feirantes e isto acontece nos menores estratos de área ou seja aqueles abaixo de 30 ha.

É importante ressaltar que a significativa participação da mão-de-obra da família é fator indicativo de que predomina entre os feirantes a produção camponesa. Considerando que existe mais de uma pessoa trabalhando por família (geralmente o proprietário, esposa e um dependente), fica claro que o valor da produção não chega a proporcionar nem um salário mínimo por pessoa (vide quadro 10, pg 52). Nesse sentido, torna-se difícil a reprodução desse tipo de propriedade e assim o proprietário, na maioria das

vezes, se vê obrigado a se assalariar na expectativa de manter-se e, pelo menos, garantir a posse da terra:

"No passado tinha gente trabalhando para nós... Com o tempo as coisas foram piorando, e hoje só trabalha aqui, eu, meu filho e minha filha ... Antes até eu tinha empregada dentro de casa... hoje a gente tem que fazer o serviço daqui de dentro e ir pra fora e pra horta ... mas a gente dá conta do recado". (E.B.P., 62 anos, Fonseca).

Poucos produtores (8,3%) fazem uso de mão-de-obra estritamente contratada, estes têm propriedades acima de 50 ha e dentre os entrevistados são os mais capitalizados.

"De uns tempos para cá, investi mais em mão-de-obra na esperança das coisas mudarem, aumentei o número de empregados de um para cinco". (R.V., 37 anos, Madeira)

No entanto, apenas uma minoria dos empregados é permanente, a maior parte é temporária, sem nenhum vínculo empregatício, denominada de "boias-frias", geralmente recrutados na periferia da cidade e levados para o campo pela manhã e trazidos de volta à tarde.

"Trabalho com mão-de-obra contratada. Tenho oito empregados mas só quatro fichados, os outros trabalham por semana e eu até pago bem, à base do salário, mas assinar carteira de todos é impossível, e também não tem serviço durante o ano todo". (H.R., 54 anos, Lajinha)

"Só contrato diaristas, não ficho ninguém. Sei que é um risco grande, mas não tenho caixa para ter empregado permanente ... Eu trago eles da cidade porque na roça não tem gente..." (C.J.P. 27 anos, Ribeirãozinho)

Essa situação, a uma primeira vista, conduz ao pensamento de que estaria ocorrendo uma passagem do trabalhador do setor urbano para o rural, mas isto não ocorre como assinala Silveira Lindoso (1983), citada por MUSSUMEC (1987) pois "há uma

desvalorização da mão-de-obra rural tanto em termos reais quanto subjetivos", assim o interesse em assumir o trabalho no campo se restringe a apenas uma minoria dos trabalhadores urbanos.

Os produtores que fazem uso desse tipo de mão-de-obra (contratada) têm tido dificuldades em encontrar trabalhadores, e quando os encontram são aqueles "desqualificados" profissionalmente. Isto se verifica porque no sistema capitalista o treinamento se dá a nível da indústria, relegando a planos secundários a capacitação para o trabalho rural.

A esse respeito KUENZER (1988), diz que "no modo de produção capitalista o trabalho é ao mesmo tempo determinante de qualificação e desqualificação do trabalhador", isto porque o saber não é democratizado no interior do processo produtivo, onde o trabalhador recebe a qualificação mínima conveniente aos interesses do capital. Nesse contexto, a educação para o trabalho se dá de forma diferenciada, a partir da origem de classe, onde uma pequena parcela da população se apropria do saber sobre o trabalho que lhe permitirá ocupar as funções intelectuais, deixando a grande maioria da população aprender o trabalho na prática.

Estudos têm demonstrado que essa desqualificação só interessa ao capital, que através do esvaziamento do conteúdo do trabalho, transformam os trabalhadores em meros prolongamentos da máquina, facilmente substituíveis e isolados, dificultando sua organização e sua mobilidade.

Às vezes aparece uns (trabalhadores) mas ruins de serviço, desperdiçam semente, largam mato pra trás... e querem só deitar debaixo das árvores..." (J.C.O., 46 anos, Tanque)

Há também os que usam o trabalho familiar combinado com mão-de-obra contratada (20,9%).

"Tenho alguns empregados que trabalham para mim, mas eu pego junto para o serviço render. Quem tem empregado hoje tem que ficar 'rente' fazer junto porque as coisas não estão fáceis". (J.F., 44 anos, Registro)

Outro tipo de mão-de-obra é a da parceria, como demonstra o Quadro 15.

Quadro 15. Contratos de parceria utilizados pelos feirantes.

Lavras - MG, 1990.

Tipo de participação	Nº de produtores	%
Proprietário	07	29,17
Parceiro	12	50,00
Não utiliza	05	20,83
Total	24	100,00

FONTE: Dados da Pesquisa

Segundo o Estatuto da Terra é designado parceiro o indivíduo que usa temporariamente um pedaço de terra, na base de um contato que estabelece a "quota - limite" do proprietário na participação dos frutos, segundo a natureza da atividade agropecuária e facilidades oferecidas ao parceiro. Refere-se portanto à concessão pelo proprietário de determinada área de terra para ser explorada

por um determinado período, pelo parceiro, em troca de uma porcentagem da produção (D'INCAO, 1979). A maioria dos feirante (79,17%), está envolvida com esse tipo de relação de trabalho, sendo que os feirantes que tomam a terra como parceiros perfazem 50% e os que cedem a terra 29,17%.

Os produtores tomam a terra como parceiros por não a possuírem (16%) ou por ser a área de terra de que dispõem pequena (34%), ou ainda por falta de capital para "tocar" sua propriedade:

"No meu caso, que não tenho terra, a parceria é o único meio de sobrevivência. Mas, como falei, só dá pra sobreviver. A gente trabalha feito burro e no fim sobra pouco. Também se alguém quiser me dar a terra dado par mim plantar, não adianta, não tenho como tocar... não tenho capital pra colocar máquina, comprar semente boa, só tenho os braços". (V.R.F., 36 anos, Paiol)

Por se tratar de parceria em forma de meação, o proprietário entra com a terra preparada, 50% do fertilizante, 50% da semente, cabendo ao parceiro os outros 50% do fertilizante e da semente e toda a mão-de-obra necessária à produção. Geralmente o parceiro descapitalizado vê-se impossibilitado de assumir, no início da safra, tais despesas; assim o proprietário cobra todos os gastos por época da colheita. Nesta ocasião lhe é cobrado o "preço do dia" e, o parceiro frequentemente se vê obrigado a entregar considerável parte do que lhe toca ao proprietário como pagamento de sua dívida.

Como a principal obrigação do parceiro é a mão-de-obra, o proprietário dá preferência às famílias mais numerosas, o que permite um maior rendimento do trabalho, tendo como consequência

uma menor renda percapita para a família do parceiro. Esse tipo de exploração da força de trabalho deixa em desvantagem o parceiro que passa a ser realmente um assalariado que produz apenas para o autoconsumo, pois lhe é impossível realizar uma economia que lhe permita a compra de terras e de instrumentos para intensificar o processo produtivo.

Para o proprietário é bastante vantajoso, pois a parceria substitui a necessidade de assalariados permanentes na medida em que o parceiro e seus dependentes se encarregam do processo produtivo e é também uma forma de manter mão-de-obra disponível na propriedade para ser usada nos momentos de maior necessidade:

"Estou na feira há 16 anos, no começo trabalhei com meieiros, depois de oito anos trabalhando desse jeito, comecei por conta própria, contratei empregados e fui tocando, fiz as contas e pensei, ou eu paro ou eu volto para o sistema de meia, pois enquanto eu usava esse sistema eu ganhei mais dinheiro, pois economizava muita mão-de-obra. Hoje tenho três empregados fixos e dois diaristas, isto me onera muito a produção, os problemas trabalhistas também são um detalhe que na meia não preciso preocupar... minha tendência agora é diminuir os empregados e voltar para o sistema de meia". (R.V., 37 anos, Madeira)

"Eu uso o trabalho de meia, não porque é vantajoso para mim, mas pra ter um trabalhador à minha disposição para roçar pasto... se não for assim é quase impossível conseguir mão-de-obra na roça..." (H.S., 54 anos, Laginha)

Assim, com relação à força de trabalho pode-se dizer que o pequeno produtor feirante que vende sua força de trabalho através da parceria, encontra-se num estágio mais avançado de pauperização. Este, também, na expectativa de conservar sua propriedade entra em um processo de exploração familiar, onde predomina o uso de mão-de-obra em relação ao "trabalho morto" ou mecanizado.

"Para sobreviver aqui é preciso trabalhar de sol a sol, tudo é muito penoso, tenho que levantar de madrugada e trabalhar até de noite..." (H.F., 39 anos, Boca da Mata)

"Há ocasião, como por exemplo dia de feira, que trabalho 19 horas por dia e o que faço só dá para comer, beber e vestir, não sobra nada, nem dinheiro nem tempo pra diversão... queria comprar um carro melhor pra levar as verduras pra feira... mas de que jeito?" (N.G.R., 24 anos, Lajinha)

Essa situação é o resultado de uma política agrícola de modernização que não conseguiu atingir pequenos produtores, que cada vez mais se vêm impossibilitados de fazer uso dos instrumentos modernos tais como trator, sementes melhoradas, irrigação entre outros, o que os leva a multiplicar seu esforço físico, inclusive assalariando-se, no sentido de continuar produzindo, mas sem perspectiva de ver aumentada sua produção.

Estas constatações conduzem a conclusão que o pequeno produtor feirante da região de Lavras está vivendo um processo de empobrecimento onde, apesar de ter consciência do fato, se vê impossibilitado de reverter este processo ou mesmo "mudar de ramo" e, assim, continua na atividade na expectativa de assegurar sua propriedade e, com ela, a sua sobrevivência e a de sua família.

5. A PERMANÊNCIA DO PEQUENO PRODUTOR FEIRANTE NO PROCESSO PRODUTIVO

Foi visto no capítulo anterior que o pequeno produtor feirante se encontra num estágio de pauperização progressiva e, mesmo sabendo-se mais pobre, ele desenvolve todo esforço para garantir sua propriedade e com isto assegurar sua permanência no processo produtivo.

Ele permanece no campo, também, porque se vê preso à terra e com ela tem laços. Dessa forma, mesmo sob a condição de empobrecimento crescente, ele ali fica porque existe uma forte produção de fatores ideológicos, culturais e econômicos, que cada vez mais lhe são inculcados no sentido de assegurar sua permanência naquele meio, seja produzindo alimentos ou simplesmente funcionando como trabalhador para o capital.

A pequena produção sempre foi importante ao desenvolvimento econômico, isto porque lhe foi incumbido o papel de produzir alimentos para o mercado interno, deixando para as grandes

empresas agrícolas a produção para exportação. Assim, segundo SILVA (1980), "dentro da ótica do capital, a pequena produção tem viabilizado a acumulação de capital dentro do polo dinâmico do sistema econômico", pois ela "fornece alimentos para os centros urbanos a baixo preço, de forma a não elevar o custo de alimentação e o custo das matérias primas".

No entanto para Sá Jr. citado por SILVA (1980), "face a escala de estímulos e desestímulos vigorantes no setor agrícola, só produz alimentos aquele que não tiver recursos para mudar de atividades. Se melhorasse o nível de vida dos agricultores, essa melhoria se transformaria, possivelmente, num efeito de substituição da produção de alimentos por outras mais vantajosas. Nesse sentido pode-se dizer que é a miséria dos agricultores que assegura o abastecimento das feiras e armazéns". Ocorre, assim, uma exploração do pequeno produtor que consegue fornecer alimentos a preços baixos, viabilizando uma maior acumulação do setor urbano industrial.

Na presente pesquisa verificou-se que todos os produtores pesquisados produzem culturas destinadas à alimentação, para a comercialização ou para o consumo próprio e se vêm satisfeitos pois estão "ajudando o Brasil crescer":

"A gente planta de tudo um pouco, dá um duro danado, mas a gente está ajudando o Brasil crescer... porque a gente está alimentando o povo e isto é bom". (L.J.B., 35 anos, Ponte do Funil)

Atrelada à essa produção de alimentos existe a idéia de "fartura" que a vida no campo lhes confere. Todos os

entrevistados fazem questão de enfatizar como se sentem bem em poder dispor dos alimentos a "qualquer hora" que necessitarem e assim se vêem livres do fantasma da fome que ronda os "pobres da cidade":

"Aqui é bom, você nem calcula o que tem aqui. A fartura é muita, você quer comer uma carne, chega no terreiro tem um porco, tem um frango, tem ovos. Verdura tem de todo tipo. A gente nunca fala: hoje não tem nada para fazer no almoço! A gente não passa vontade de comer, só a fartura já mata a vontade. Na cidade isso não acontece". (W.C.A., 42 anos, Cachoeirinha de Cima)

Também na agricultura existe um processo de concentração, onde a terra é o principal meio de produção e a posse desta constitui portanto uma condição importante da permanência da pequena produção no processo produtivo.

É necessário enfatizar aqui que a posse de terra pelo pequeno produtor, segundo MARTINS (1985) se difere da propriedade capitalista que a transforma em "terra de negócio", terra de exploração que objetiva lucro. Já a propriedade familiar não explora o trabalho de outrem, é propriedade direta de instrumentos de trabalho por parte de quem trabalha. Não é propriedade capitalista, é propriedade do trabalhador.

Com relação à propriedade da terra, 70,82% é dono da terra onde trabalha e se vangloria de a ter adquirido mediante compra, herança ou ainda pelo pagamento aos irmãos do direito sobre a herança. A propriedade da terra é motivo de orgulho para o pequeno agricultor que a "adquiriu com muita luta e esforço" e portanto preservá-la tem sido seu objetivo. Assim, ele ali permanece, em função de preservar e manter sua terra.

"Herdei um pedaço desta terra e adquiri outro pedacinho com muita luta e esforço, foi muito difícil. O dinheiro para esta compra foi toda economia que fiz desde pequeno... mas valeu a pena porque hoje tenho meu pedaço de chão". (W.C.A., 42 anos, Cachoeirinha de Cima)

No entanto, para se manter na estrutura capitalista e, conseqüentemente, haver uma acumulação, é necessário além da posse dos meios de produção, deter o poder sobre meios e ainda ter o domínio sobre as relações de produção, o que não ocorre com o pequeno produtor, que somente tem a propriedade da terra, o que lhe permite apenas manter-se no processo de produção, pois o poder e o domínio sobre os meios e relações de produção se dão em outras instâncias do sistema e, portanto, fora da propriedade.

Outra condição de permanência do pequeno produtor reside no trabalho "por conta própria", de não "estar atrelado a patrão" e "ter liberdade de ir e vir" e não ter que "se sujeitar a horários".

"Agora, apesar de trabalhar também sô pra viver, eu pelo menos sou dono de meu nariz, eu trabalho para mim mesmo, não tenho compromisso com patrão e ninguém manda em mim". (L.J.B., 35 anos, Ponte do Funil)

Ligado a esse sentimento do "trabalho por conta" está o trabalho familiar. Os pequenos produtores vêm-se obrigados a fazer uso de todos os recursos disponíveis de mão-de-obra dentro da família, o que altera os padrões tradicionais da divisão de trabalho por sexo e idade, onde a mulher já não é responsável apenas pelos afazeres da casa, e as crianças pelas pequenas tarefas como cuidar dos pequenos animais domésticos. Nessa situação, mulher e crianças passam a participar ativamente dos

trabalhos não só na horta, mas também na lavoura, desde o plantio até a colheita e comercialização:

"... eu trabalho bastante, além de cuidar da casa e das crianças eu cuido da horta porque meu marido é tratorista e às vezes, ele trabalha para fora para ganhar uns extras... eu também é quem vou para a feira vender nossa produção..." (V.P.B., 29 anos, Ponte do Funil)

Assim, a mulher do pequeno produtor feirante vive essas duas vertentes: na unidade doméstica e na prática produtiva. É ela quem demonstra maior sensibilidade ao processo de empobrecimento e, conseqüentemente, maior consciência do processo de exploração ao qual estão subjugados estes pequenos produtores:

"... eu já tô cansada de tanto trabalhar e não ver coisa que presta, a gente sofre muito... é explorada até falar chega. Tem gente que quase não trabalha e ganha rio de dinheiro - olha a gente do governo - queria que tivesse mais justiça. Mas enquanto isso não acontece o jeito é tocar a vida pra frente". (V.P.B., 29 anos, Ponte do Funil)

Paralelo ao "trabalho por conta", encontra-se a situação de assalariamento. O capital, à medida que vai se apossando do processo de produção, vai obrigando o pequeno produtor a se assalariar. Este assalariamento ocorre em determinadas épocas do ano, pois os produtores têm a posse da terra e assim optam por vender a sua força de trabalho para complementar seus rendimentos e garantir a propriedade da terra e, conseqüentemente, sua sobrevivência e a permanência como pequeno produtor.

Nessa pesquisa, tal situação se verificou principalmente em relação aos produtores cujo valor da produção é baixo, conseqüentemente tendo baixa renda; isto significa que é difícil

a reprodução da propriedade pois não gera excedentes. Então, para garantir sua propriedade, ele se assalaria.

Assim, ele se assalaria em determinadas épocas do ano, no campo, para não se mudar para os centros urbanos, pois ele tem consciência de que o assalariamento urbano significa piores condições de vida nas periferias das cidades.

Ele trabalha como assalariado no campo e, na expectativa de sair do assalariamento, ele continua no processo, o que não ocorreria nos centros urbanos que, para ele, seria o assalariamento permanente e definitivo.

E também ele ali continua em função do próprio trabalho. Dizem que na "roça" apesar do trabalho ser mais pesado, ele existe para todos, "aqui todo mundo que quer trabalhar tem emprego", e ainda pela consciência que tem da "ideologia do trabalho" (MARTINS, 1986) como prática ascética e como virtude universal, que só o trabalho redime e traz a paz social, pois o "homem que trabalha e que pega no pesado não fica pensando bobagens".

Outro fator de permanência do pequeno produtor é o cultural ou afetivo, o que lhe permite acreditar que no campo a organização familiar se dá de maneira mais eficaz. Acredita que educar os filhos na roça é mais fácil e as crianças não correm os riscos que o meio urbano oferece como, por exemplo, o uso de drogas, vadiagem, etc.:

"Pro meu filho quero o melhor. Zango com ele quando precisa... acho fácil dar educação pra ele aqui na roça. Se fosse na cidade eu ia preocupar muito, porque lá aprende coisas ruim, aqui é melhor, mesmo os outros falando que o povo da roça é bôbo, mas eu prefiro um filho bôbo do que chegado à tal da maconha..." (V.R.F., 36 anos, Paiol)

Também advém desse fator afetivo o sentimento de "nós", fortemente carregado de valores e relações de tipo comunitário, onde predominam os laços de amizade e solidariedade, oportunizando as relações face a face, característica dos grupos primários.

"Aqui todo mundo é unido, não tem falsidade. Quando um precisa a gente junta uma turma e vamo lá ajudar... é na roça, é nas outras coisas. Depois ele ajuda a gente na nossa precisão... Aqui todo mundo é amigo". (V.R.F., 36 anos, Paiol)

Existem aqueles que continuam no processo produtivo por tradição familiar que os leva a pensar que só conseguem desenvolver aquele tipo de trabalho.

"Eu continuo aqui, primeiro, porque nasci aqui e é isso que sei fazer. Segundo, porque com o pouco grau de estudo que tenho não ia conseguir bom emprego e terceiro, porque meu pai me ensinou que aqui é meu lugar..." (E.E., 50 anos, Cachoeirinha de Cima)

O sentimento de que "ali é seu" tem sido passado de pai para filho:

"Eu queria ser professora mas não dá porque é aqui que tenho que viver..., porque é aqui que tá meu pai, minha mãe e meus irmãos..." (M.L.E., 14 anos, Cachoeirinha de Cima)

Aliado à esse sentimento de que "ali é seu lugar", existe o fato da passividade desse produtor, que o tem levado a ignorar aqueles que controlam o poder através do comércio. Desconhece que são as cadeias comerciais que o exploram e, assim, contenta-se com os poucos incentivos recebidos:

"Plantar a gente planta, colher a gente colhe e até vender a gente vende, mas por quanto não é a gente que sabe, mas é eles, a gente só trabalha..." (V.R.F., 36 anos, Paiol)

"Na agricultura é assim: o que compramos é caro e o que produzimos vamos vender e é barato e não se pode fazer nada porque tudo está nas mãos dos outros..." (H.R., 54 anos, Lajinha)

"Uma coisa eu sei, estou na feira há muito tempo e o comércio caiu, está muito ruim para nós. Também pudera, a gente tinha que sair de casa sabendo por quanto ia vender a mercadoria, mas não, é só lá que a gente marca... é conforme o compasso da feira... o que a gente compra eles é quem põem o preço e para nossa mercadoria também é eles quem dão o preço... nunca é a gente quem manda". (E.E., 50 anos, Cachoeirinha de Cima)

"A verdade é uma só: aqui não tem lucro, eles não deixam, mas está bom... dá pra viver". (S.P., 72 anos, Boca da Mata)

Pode-se observar pelos depoimentos que os produtores se sentem explorados, mas não são capazes de identificar quem os explora (outros, eles...), isto porque as cadeias comerciais ao mesmo tempo que mostram, escondem aqueles que têm e controlam o poder. Tal desconhecimento se deve ao alijamento desse produtor do processo de informação. O homem do campo não tem acesso aos meios de comunicação com excessão do rádio, e ainda em número reduzido, à televisão. No entanto, estes têm sido sintonizados em programas religiosos e de músicas sertanejas:

"Por aqui também pega a televisão, mas eu só tenho mesmo é o rádio, ele fala das nossas coisas, toca as músicas que o povo daqui gosta, e de noite escuto a Hora do Brasil..." (E.E., 50 anos, Cachoeirinha de Cima)

"A gente não gosta de ler, quanto mais jornal. Rádio a gente gosta, minha mulher põe na 'rádia Aparecida' e a gente escuta até a missa. Isto para nós é muito importante, porque é dali que vem os ensinamentos..." (P.C.S., 45 anos, Charco Grande)

O pequeno produtor feirante também ali permanece em função da política de fixação do homem no campo, que numa perspectiva

ideológica repassa através da escola, Igreja, rádio e televisão as vantagens da vida no campo que é "mais saudável, pura e natural" em contraste com a vida "tumultuada, perigosa e agressiva" do meio urbano.

Tem-se, dessa forma que a consciência de permanência do pequeno produtor no processo de produção, apesar de se saber mais pobre, além de ser passada de pai para filho, onde existe uma comunhão de idéias e ideais, é também reforçada por essa política que a todo momento transmite a concepção de que "ali é seu lugar..." e que "ali é o melhor lugar para se viver".

6. O EMPOBRECIMENTO E A PERMANÊNCIA DO FEIRANTE NO PROCESSO PRODUTIVO

6.1. Considerações Finais

Os pequenos produtores da região de Lavras, na expectativa de permanecerem no processo de produção, se viram compelidos a buscar novas formas de atuação e, assim, responderam à convocação por órgãos como EMATER-MG e Prefeitura Local que, movidos por seus interesses, desenvolveram ações que levaram à implantação da feira livre no município. Isto se deu na expectativa de se resolver problemas enfrentados pelos produtores, os quais estavam ligados à produção e comercialização dos produtos hortigranjeiros.

Esta organização dos feirantes, dirigidas pelos referidos órgãos, foi dando corpo à formação de um grupo associativo o que culminou com a construção do Mercado do Produtor que não chegou a funcionar como tal, devido à problemas de ordem política e

administrativa. Por conseguinte, hoje existe apenas a feira livre, que acontece três vezes na semana, sem, no entanto, ser o volume produzido e comercializado suficiente para o abastecimento interno. Isto oportuniza a entrada no município, através dos supermercados e "verdurões", de produtos originários de outras regiões, fato que responde à política de modernização da agricultura e penetração do capitalismo no campo e que contribui para um maior empobrecimento do pequeno produtor feirante.

O baixo volume de produção, e conseqüentemente, de comercialização tem levado o feirante a um processo de descapitalização, permitindo dizer que "está cada dia mais pobre e que vai acabar sem nada". Ele se diz mais pobre, pois é um camponês cuja produção, embora destinada a comercialização, só tem lhe proporcionado sua sobrevivência, pois apenas o "excedente" é vendido. Entende-se, como SILVA (1980), que excedente não significa necessariamente a parcela que sobra do consumo familiar, mas a que tem sido obtida exatamente pela redução de seu consumo e o de sua família e do aumento de trabalho do grupo familiar.

As explorações de menor área conduzem a níveis mais baixos de renda, inferiores ao necessário à reposição de seu mínimo vital. Para o feirante é uma realidade, a maioria possui renda mensal inferior a dois salários mínimos e, segundo depoimentos, esta "está sendo menor do que no passado". Levando-se em conta a partilha de terras através de herança, pode-se dizer ainda, que o

número de pessoas nestas pequenas propriedades aumenta gradativamente, o que favorece uma pressão populacional sobre as unidades familiares, cujos reflexos são a sub remuneração dessa população e a necessária integração do trabalho de mulheres, crianças e velhos na composição da força de trabalho, o que fatalmente concorre para um achatamento da renda desses produtores.

Como consequência do baixo nível de renda, há também o baixo nível de conforto, podendo ser observado pelas condições de moradia - casas pequenas e rústicas, necessitando de reformas e pelo baixo uso de eletrodomésticos, assumido pela população entrevistada como parâmetro de conforto.

Diante disso, os feirantes, na sua quase totalidade, podem ser considerados unidades produtivas que usam como principal fonte de mão-de-obra a própria família e que, incapazes de se reproduzirem como tal, obrigam-se e a seus membros a se assalariar em algumas épocas do ano, como forma de aumentar a receita familiar e garantir parte dos meios de produção. O assalariamento, que tem sido crescente, ocorre também no sentido de garantir a reprodução social para continuar sendo "fazendeiro de sua fazendinha" (HOFLING, 1981).

O assalariamento dá-se na forma convencional onde se recebe um pagamento (salário) pelos serviços prestados ou através da troca de dias de trabalho por horas de trator ou, ainda, através da parceria que tem sido um assalariamento disfarçado. A parceria

tem substituído a mão-de-obra permanente nas maiores propriedades, onde o parceiro cada vez mais se vê impossibilitado de obter uma "acumulação" para aquisição de terras ou instrumentos para intensificar o processo produtivo. Os produtores que estão envolvidos com esse tipo de relação de trabalho, encontram-se num estágio mais avançado de pauperização.

Assim, cultivar a terra com a ajuda da família, bem como vender temporariamente a força de trabalho tem sido a forma que o pequeno produtor feirante da região de Lavras tem utilizado na busca de elementos que lhe permitam sua sobrevivência e a de sua família.

O pequeno produtor feirante se sente e se percebe mais pobre e vê a dimensão dessa pobreza na própria produção que geralmente tem atingido apenas o nível de subsistência. Sente a pauperização também em relação à sociedade, pois percebe que "os outros têm e eu não tenho", isto é, os outros conseguiram ascensão econômica e ele não. Ele percebe isto também através dos bens aos quais ele não tem acesso. Diante disso, o Estado através principalmente da política de fixação do homem no campo, tem buscado oferecer à essa parcela da população alguns benefícios sociais "levando até o campo, escolas, assistência médica e odontológica, estradas, aplicação das leis trabalhistas" repassando juntamente uma concepção valorativa da vida no campo em contraste com as dos centros urbanos, no sentido de assegurar a permanência do pequeno produtor no campo.

O feirante tem conhecimento do processo de seu empobrecimento e se vê explorado no trabalho árduo e, muitas vezes, sem remuneração. No entanto, contraditoriamente, este trabalho árduo para ele, torna-se inquestionável, pois é visto como uma dádiva de Deus e é assimilado como próprio do homem do campo.

Frente a isto, o feirante se percebe como subalterno, e espera do Estado a solução para seus problemas. Pode-se dizer que, embora sinta os reflexos da luta que se trava entre ele e o capital, sua atitude é de passividade e conformismo diante dos que controlam o poder, pois acredita na sua "autonomia" e com isto não percebe que dentro do sistema econômico essa autonomia, que é relativa, só lhe permite servir às exigências desse sistema, sob a aparência de independência e assim são dissimuladas as funções sociais que a pequena produção desempenha, é, segundo BORDIEU & PASSERON (1975) "a dependência pela independência".

No entanto, apesar de estar cada dia mais pobre e ter consciência de seu empobrecimento, o feirante ali permanece em função da própria lógica capitalista, que se incumbe de reproduzir as condições e as relações de produção como forma de assegurar a manutenção desse mesmo sistema. Nesse sentido, há uma produção de fatores ideológicos, culturais e econômicos que cada vez mais lhe são incutidos no sentido de assegurar sua permanência no processo produtivo.

Ter a posse da terra pela maioria dos feirantes, e vê-la como meio natural de produção constitui a primeira condição de persistência e recriação da pequena produção. O pequeno produtor feirante ali continua em função de preservar e manter sua terra que foi adquirida com "luta e muito esforço". Conservar esta terra é ponto de honra para o pequeno produtor. Abandoná-la ou vendê-la é sinal de fracasso para ele.

O fato de estar envolvido com a produção de alimentos, também prende o feirante no campo, pois para ele, produzir alimentos é um "trabalho nobre" pois "está ajudando o Brasil crescer". Essa concepção funciona como um "mascaramento" ou como uma "cortina" que o impede de perceber como ele contribui para o processo de acumulação em favor de uma outra classe, favorecendo a concentração nessa classe, tendo como consequência sua descapitalização.

Permanece também como feirante conduzido pela idéia de fartura que a vida no campo lhe proporciona, pois ali pode dispor, pelo menos, de alimentos em quantidade e qualidade, o que não teria se residisse na cidade.

O trabalho "por conta" e o "não estar atrelado a patrão" é outro aspecto de sua permanência no processo produtivo; acredita que esse trabalho "por conta" é expressão de liberdade e autonomia, valores que atribui ao seu trabalho e que, ao mesmo tempo, o impedem de perceber que, cada vez mais, se submete ao subconsumo e ao sobretrabalho. Assim, mesmo diante da evidência

de seu assalariamento através de parceria ou troca de trabalho por horas de máquinas, ele ainda é o dono da terra, e para ele é melhor ser assalariado em determinadas épocas do ano, no campo, do que permanentemente nos centros urbanos.

Ligado à questão do "trabalho por conta", pode-se dizer que ele persevera no seu meio, pela própria concepção que tem do trabalho como prática ascética, "de que o trabalho dignifica o homem" e é virtude universal, do qual o homem não pode abster-se: - "no campo não há desemprego, tem emprego para todos".

Outro motivo de sua permanência se dá através do domínio cultural e afetivo, que lhe permite concluir que no campo a organização familiar se dá de maneira mais eficaz, onde educar os filhos se torna mais fácil, pois eles não têm acesso aos "riscos" que o meio urbano oferece. E, ainda, pelo sentimento de "nós" fortemente desenvolvido entre eles o que oportuniza a criação de laços de amizade e solidariedade na comunidade.

Continua ainda no meio rural e luta pela sua reprodução, por sua própria tradição familiar, que é passada de pai para filho no sentido de que "ali é seu lugar". Aliada à essa tradição, a permanência como feirante se dá pela desqualificação, expressada pelo sentimento de que "não sabe fazer outra coisa" e que "não sabe viver fora daquele lugar" ... "não sabe viver na cidade".

6.2. Sugestões

O presente trabalho suscitou questões que podem se constituir em objetos de estudo.

Assim, podem ser apresentados como sugestões de temas para novas pesquisas:

- A mulher se mostrou mais conhecedora do processo de exploração e pauperização a que estão submetidos os feirantes.

- O trabalho árduo é visto pelo produtor como próprio da condição humana e algo inquestionável e sente-se recompensado por Deus pelo seu trabalho.

- A forma de comercialização dos feirantes parece estar relacionada com o processo de seu empobrecimento.

- O pequeno produtor espera do Estado a solução para seus problemas, mas as ações dos diferentes órgãos públicos não são percebidas como atuação do governo.

- Algumas influências dos meios de comunicação sobre o pensamento do pequeno produtor feirante foram claras.

- Para este estudo foram coletados dados que não foram utilizados e que permitem novas pesquisas.

7. RESUMO

O objetivo desse estudo foi realizar uma investigação sobre a pequena produção, no que se refere à sua permanência no processo produtivo frente à afirmativa dos produtores: "Estou cada vez mais pobre e vou acabar sem nada".

Essa pesquisa se realizou no município de Lavras-Minas Gerais no ano de 1991, tendo sido eleita como população alvo os feirantes que na ocasião eram em número de quarenta e um. Foram entrevistados vinte e quatro produtores escolhidos aleatoriamente.

Algumas questões orientaram o presente estudo: o produtor (feirante) estava realmente mais pobre como dizia? Ele se sabia e se percebia mais pobre? Por que permanecia na condição de feirante frente ao processo de pauperização em que se encontrava, como dizia?

Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, onde se usou a análise de conteúdo para captar, na fala e na prática do pequeno

produtor, o sentido de suas perguntas e as suas respostas sobre as questões assumidas norteadoras.

O quadro teórico para fundamentar as questões relativas à pobreza se firmou na Produção Econômica, através dos conceitos de Modo de Produção e Penetração do Capitalismo no campo, dando-se ênfase à Pequena Produção. Para embasar a análise relacionada à permanência do feirante no processo produtivo, apoiou-se na Produção cultural utilizando-se os conceitos de Ideologia e Saber de Classe.

Através da caracterização sócio-econômica dos produtores, tendo como parâmetros a área e posse da terra, atividade, renda e força de trabalho, pôde-se concluir que o feirante realmente se encontra num processo de descapitalização, portanto mais pobre.

Possui pequenas áreas de terra com atividade voltada para o setor hortifrutigranjeiro com renda mensal média inferior a dois salários mínimos, mesmo com o trabalho de mais de uma pessoa economicamente ativa por família.

Mesmo vivendo um processo de pauperização, o feirante permanece nessa condição devido a valores ideológicos, culturais e econômicos que lhes são inculcados no sentido de assegurar sua presença no campo, atendendo a interesses do sistema.

Assim pôde-se verificar que se dá a permanência do feirante por este possuir a terra e lutar pela sua preservação; por estar envolvido com a produção de alimentos e para ele "esta é uma missão nobre" e está associada à idéia de fartura que a vida no

campo lhe confere, a qual não lhe seria possível na cidade; pelo trabalho "por conta" e por não estar atrelado a patrão, o que lhe dá uma sensação de autonomia; por desenvolver um trabalho árduo que "redime e traz a paz social"; por acreditar que no campo a organização da família e a educação dos filhos se processam de maneira mais codigna; pelo sentimento de "nós" possibilitando uma vida mais comunitária; por valores da tradição familiar, passados de pai para filho "aqui é meu lugar" e, ainda, ele ali permanece por força da política de fixação do homem no campo que incute no produtor-feirante a idéia de que "ali é seu lugar" e que "ali é o melhor lugar para se viver".

8. SUMMARY

The aim of this study was to make an investigation about the small yield concerning its durability on the productive process facing the producers affirmative: "I am poorer and poorer and I will stay without anything in the end".

This research was carried out in the municipality of Lavras-Minas Gerais in the year of 1991, having been chosen as goal population the marketers who in the occasion were forty-one. Twenty-four producers chosen at random were interviewed.

Some questions guided the present study: was the producer (Marketer) really poorer as he told? Did he know and perceive himself poorer? Why did he continued being a marketer facing the process of poverty in which he found himself?

One discussed a qualitative research where one used the content analysis to catch in the speaking and practicing of the small producer the sense of his questions and his questions about the guiding doubts taken over.

The theoretical image to base the questions concerning poverty one settled on the Economical yield through the concepts of manner of Capitalism yield and Penetration in the field, emphasis to the small yield. In order to found the analysis related to the marketer on the yielding process, one based on the cultural yield, utilizing the concepts of class ideology and knowledge.

Through the social-economical characterization of the producers having as parameters the area and property of the land, activity, income and labor power, one concluded that the marketers really meet themselves in a process of lack of funds, therefore, poorer.

They own small areas of land with activity turned to greenery, fruit and poultry-farm sector with a middle monthly income lower than two living wages, even with the work of more than one person economically active by family.

Even living in a poverty process the marketer stays on this condition due to ideological, cultural and economical values which are inculcated on him in order to assure his presence on the field, attending the system interests.

Thus, one could certify that the only reason for the marketer stay in the field is that he owns the land which gives him his preservation; for being involved with food yield and for him "this is a noble mission" and is associated to the idea of plenty that life in the contry gives him, which could not be

possible for him in town; for working for himself and not be linked to the boss, which gives him a sensation of self-government; for developing a hard work which "redeem and brings social peace"; for believing that in the country the family organization and children's up-bringing process of a more agreeable way; for the feeling of "ourselves" allowing a life more in community; for values of familiar tradition, passed from father to son "here is my place", and yet, he stays there for political strength of settlement of man in the country that inculcates on the marketer-producer the idea that his place is right there" and that "the best place for living is right there".

9. BIBLIOGRAFIA

1. ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado.** Portugal, Martins Fontes, 1974. 120p. (Biblioteca de Ciências Humanas).
2. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE MINAS GERAIS - 1987. Belo Horizonte, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, 1987. V.6, 889p.
3. ARAPIRACA, J.O. **A USAID e a educação brasileira.** São Paulo, Cortez, 1982. 190p.
4. ARRAZOLA, L.D. & PINTO, J.B. **Pequena produção ou produção camponesa; Pontos para uma Discussão.** Recife, 1988. 7p. (Mimeografado).

5. ARROYO M.G. O Direito do trabalhador à Educação. In: GOMES, C.M. et alii. **Trabalho e conhecimento; dilemas nas educação do trabalhador.** São Paulo, Cortez, 1987. 92p.
6. BASSANI, P. Movimentos sociais e a questão camponesa. **Terra e Cultura**, Londrina, 2(6):1-10, 1986.
7. BORDIEU, P. & PASSERON, J.C. **A Reprodução: elementos para uma teoria do ensino.** Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976. 238p.
8. CHAMBRE, H. **De Marx a Mao Tse Tung: introdução crítica ao Marxismo Leninismo.** São Paulo, Duas Cidades, 1963. 280p.
9. D'INCAO, M.C. **O Bóia fria; acumulação e miséria.** 7.ed. Petropólis, Vozes, 1979. 154p.
10. EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Plano de assistência técnica e extensão rural.** Lavras, 1990/1991. 48p.
11. FIGUEIREDO, V. O trabalhador rural e a modernização da agricultura. **Revista Brasileira de Tecnologia**, Brasília, 15(4):12-8, jul./ago. 1984.

12. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
Censo Agropecuário de Minas Gerais - 1980. Rio de Janeiro, FIBGE, 1984.
13. GARCIA, F.L. Introdução crítica ao conhecimento. São Paulo, Papirus. 1988. 113p.
14. GIÚDICE, F.C. A lógica dos Programas Governamentais em Relação à Questão Fundiária. Revista de Economia Rural, Brasília, 24(2):235-50. Abr./jun. 1986.
15. GOMEZ, C.M. Processo de trabalho e Processo de conhecimento. In: GOMES, C.M. et alii. Trabalho e Conhecimento: dilema na educação do trabalhador. São Paulo, Cortez, 1987. 92p.
16. GRAMSCI, A. A concepção dialética da história, 7.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1987. p.
17. IANNI, O. Teoria da estratificação social-leituras de sociologia. 2.ed. São Paulo, Companhia Editorial Nacional, 1973. 391p.
18. IANNI, O. Imperialismo e cultura. Petrópolis. Vozes, 1976. 149p.

19. HOFLING, I.B. O eterno retorno - um estudo sobre o Camponês operário do açúcar. Piracicaba, 1981. (Tese MS).
20. JONES, A.S. A acumulação primitiva e cercamento dos campos na agricultura brasileira: uma hipótese de trabalho. Viçosa, 1987. 246p. (Tese MS).
21. KUENZER, A. O trabalho como princípio educativo. São Paulo, Cortez, 1988. 166p.
22. MARTINS, J.S. Capitalismo e tradicionalismo, estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo, Pioneira, 1985. 161p.
23. _____. O cativo da terra. 3.ed. São Paulo, Hucitec, 1986. 157p.
24. MELLO, F.H. de. A composição de Expansão da Fronteira Agrícola Brasileira. Revista de Economia Política, São Paulo, 5(1):86-111, jan./mar. 1985.
25. MULLER, G.C. Tentativas de Criação de um congelamento de capital nacional. In: LOUREIRO, M.R. Cooperativa Agrícola e Cooperativismo no Brasil. São Paulo, Cortez, 1981. p.97-131.

26. MUSUMECI, L. Pequena produção e modernização da agricultura: O caso dos hortigranjeiros no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1987. 224p. (Série ANDE, 15).
27. PINTO, J.B. Tecnologia e pequena produção no desenvolvimento rural. Campinas, SAA/CATI, 1984. 24p. (Mimeografado).
28. PLANO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. Ministério da Agricultura - Secretaria do Estado da Agricultura e Pecuária. EMATER-MG, ESLOC - Lavras, 1990-1991.
29. SÁ, L.M. Prática Missionária e Resistência Cultural. In: ESTERCI, N., Org. Cooperativismo e Coletivização no Campo: Questões sobre a prática da Igreja Popular. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1984. p.19-33.
30. SALINAS, J.H. A qualidade de vida no contexto da penetração do capitalismo no campo: O caso de Minas Gerais. Viçosa, UFV, 1988. 85p. (Tese MS).
31. SEVERINO, J.A. Educação, ideologia e contra-ideologia. São Paulo, EPU, 1986. 106p.

32. SILVA, J.G, Coord. **Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira.** 2.ed. São Paulo, Hucitec, 1980. 240p.
33. SILVA, J.G. **A modernização dolorosa; estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores no Brasil.** Rio de Janeiro, Zahar, 1982. 192p.
34. SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura.** Rio de Janeiro, Zahar, 1980. 152p.
35. _____ & WILKINSON, J. **Processos sociais e formas de produção na agricultura brasileira.** In: SORJ, B. & ALMEIDA, M.H.T. de. **Sociedade e política no Brasil pós-64.** São Paulo, Brasiliense, 1983. 261p.
36. TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em ação.** São Paulo, Atlas, 1987. 175p.
37. TROMBETA, N.V. **Grupo associativo na perspectiva de produtores rurais: um estudo de caso na Região Sul de Minas Gerais.** Lavras, 1989. 150p. (Tese MS).
38. WILKINSON, J. **O estado, a agroindústria a pequena produção.** São Paulo, HUCITEC, 1986. 219p.

APÊNDICES

APÊNDICE I

QUESTIONÁRIO Nº _____

Entrevista gravada na fita nº: _____

Data: ____/____/____

Localidade: _____ Município: _____

1. Nome do entrevistado: _____

2. Idade: _____ anos

3. Nível de educação formal: _____

4. Local de nascimento: Município: _____

Estado: _____ Meio Rural () Meio Urbano ()

5. Local de residência: Propriedade () Cidade ()

5.1. Desde quando? _____

6. Ocupação do pai: _____

7. O Sr. possui outra atividade sem ser ligada à agricultura?

Sim () 7.1. Qual? _____

Não () 7.2. E sua esposa? _____

8. O Sr. já teve outra atividade sem ser ligada à agricultura?

Sim () 8.1. Qual? _____

8.2. Porque o Sr. deixou esta atividade? _____

Não ()

9. Qual é área de sua propriedade? Área: _____ Unid.: _____

9.1. Esta propriedade foi:

a) Comprada () Área comprada: _____ Quando: _____

b) Herdada () Área herdada: _____ Quando: _____

c) Alugada ()

Possui energia elétrica?

Sim () Não ()

10. O Sr. aluga (arrenda) terra de outros?

Não ()

Sim () 10.1. Por que? _____

10.2. Como o Sr. paga a terra alugada? _____

11. O Sr. aluga (arrenda) terra para outras pessoas?

Não ()

Sim () 11.1 Por que? _____

11.2. Como o Sr. recebe o pagamento pela terra que aluga?

12. O Sr. trabalha como meeiro para outro produtor?

Não ()

Sim () 12.1. Por que? _____

12.2. Quais são suas obrigações como parceiro? _____

12.3. Quais são as obrigações do dono da terra? _____

12.4. Quais são os produtos cultivados em parceria?

Produto	Área (ha)	Quant. produzida	Parte que cabe ao Sr.
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____

13. O Sr. dá terra de meia ou terça para outras pessoas ?

Não ()

Sim ()

13.1. Porquê _____

13.2. Quais são as obrigações do Sr. para com o seu parceiro ?

13.3. Quais são as obrigações do parceiro para com o Sr ? _____

13.4. Quantos parceiros trabalham com o Senhor ? _____

13.5. Produtos cultivados através da parceria :

Produto	Área	Qtde Produzida	Parte que coube ao Sr.
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____

13.6 A parceria foi mais comum no passado do que atualmente ?

Não () Sim () Porquê _____

14. Sua família participa das atividades agrícolas em sua propriedades ?

Não () Sim ()

14.1. Mão de obra familiar utilizada na propriedade

Idade	Sexo	Grau de parentesco	Tipo de trabalho desenvolvido	Estudam	Horas de trabalho/dia	Quantos dias p/ano	Recebem alguma forma de pagamento pelo trabalho	Possuem outras atividades fora de sua propriedade
-------	------	--------------------	-------------------------------	---------	-----------------------	--------------------	---	---

- 1) _____
- 2) _____
- 3) _____
- 4) _____
- 5) _____
- 6) _____
- 7) _____

15. O Sr. contrata mão-de-obra temporária para ajudá-lo nas atividades agrícolas?

Sim () Não ()

15.1. Quantas pessoas? _____

Classe de idade	Quantos são do sexo M	Quantos dias trabalham em média	Quais as atividades que desenvolvem	Forma de pagamento
Menos de 14 anos				
14 - 17				
18 - 59				
60 ou mais				

16. O Sr. emprega trabalhadores permanentes?

Não (). Porque o Sr. não emprega trabalhadores permanentes?

Sim (). Quantas pessoas trabalham permanentemente para o Sr.?

Idade	Quantas são do sexo		Atividades desenvolvidas	Forma de pagamento (diária, semanal ou mensal e valor em Cr\$)
	M	F		
Menos de 14	<hr/>			
14 - 17	<hr/>			
18 - 59	<hr/>			
60 ou mais	<hr/>			

Obs.:

16.1. Os trabalhadores permanentes moram em sua propriedade?

. Sim ()

. Somente alguns ()

16.1.1. Quantos?

16.1.2. Por que nem todos os trabalhadores permanentes moram na sua propriedade?

Não ()

16.1.3. Por que os trabalhadores permanentes não moram na sua propriedade?

16.2. O Sr. paga 13º salário para os seus trabalhadores permanentes?

Sim () Não ()

Obs.:

16.3. Os seus trabalhadores permanentes tiram férias anuais?

Sim () Não ()

Obs.:

16.4. O senhor assina a carteira profissional dos seus trabalhadores?

Sim () Não ()

Obs.:

16.5. O Sr. dá aos seus trabalhadores benefícios adicionais ao salário?

Não () Sim ()

16.5.1. Quais são estes benefícios?

- 16.5.2. Estes benefícios se estendem, também, aos trabalhadores temporários?
- Sim ()
- Não () Porque? _____
-
17. É comum a troca-de-dias de serviços entre os produtores desta região?
- Sim () 17.1. Como ocorre a troca de dia? _____
- Não () 17.2. Por que não ocorre? _____
- 17.3. A troca de dia foi mais comum no passado do que é atualmente?
- Não ()
- Sim () 16.3.1. Por que no passado era mais comum?
- 17.4. O Sr. troca dias de serviço com seus vizinhos ou parentes?
- Sim ()
- Não ()

18. Produção no ano agrícola: julho/89 a junho/90 (1989-1990)

18.1. Produção de frutas e verduras. Não se aplica ()

Produto	Área cultivada		Produção		Comprador	Localidade	Valor por unidade vendida
	Área	Unid.	Quantidade	Unid.			
1)							
2)							
3)							
4)							
5)							
6)							
7)							
8)							
9)							
10)							
11)							
12)							

18.2. Rebanho bovino. Não se aplica ()

Nº de cabeças		Comercialização			
Categorias	Número cabeças	Nº de animais vendidos	Comprador	Localidade	Valor por unidades
Reprodutores					
Vacas					
Bezerro 1 ano					
Bezerro 1 a 2 anos					
Bezerra 1 ano					
Bezerra 1 a 2 anos					
Novilho 2 a 3 anos					
Novilha 2 a 3 anos					
Boi gordo/ vaca					

18.3. Produção de leite: Não se aplica ()

Produção média ----- Período 1/dia	Consumo fa- miliar l/dia	Comercialização				Produtos	Comercialização			
		Comp.	Local.	Quant.	Valor por l		Comp.	Local.	Quant. kg/dia	Valor por kg
das águas						Manteiga				
						Queijo				
						Outros				
das secas						Manteiga				
						Queijo				
						Outros				

18.4. Produção de: arroz, milho, feijão e outros. Não se aplica ()

Produto	Área culti- vada (ha)	Produção		Prod. consum. na propriedade		Comercialização				
		Quant.	Unid.	Quantidade	Unidade	Quant.	comerc.	Comp.	Local	Valor por unidade
						Quant.	Unid.			
Arroz										
Milho										
Feijão										
Obs:										

18.7. Indústria caseira. Não se aplica ()

Produto	Produção		Quantidade consumida		Quantidade vendida		Comprador	Localidade	Valor por Unid.
	Quant.	Unid.	Quant.	Unid.	Quant.	Unid.			
1)									
2)									
3)									

19. O Sr. usa os seguintes insumos agrícolas:

Insumos	Sim/Não	Quantidade
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		

20. O Sr. trabalha a sua terra com seu próprio equipamento?

Não () 19.1. O Sr. aluga máquinas?

Sim () 19.1.1. De quem? _____

19.1.2. Quantas horas/ano? _____

19.1.3. Qual o custo? _____

Sim ()

21. Quais das seguintes máquinas e equipamentos o Sr. possui?

Máquina/equip.	Especificação		
	Tipo (ano, estado de conservação, etc...)	Unidade	Potência
1)			
2)			
3)			
4)			
5)			
6)			
7)			
8)			

22. Benfeitorias

Especificação	Área (m ²)	Estado de conservação	Observações
1)			
2)			
3)			
4)			
5)			
6)			
7)			
8)			
9)			

23) Aparelhos eletrodomésticos e utensílios

----- Especificação	Número	Estado de conservação
-----	-----	-----
1) Geladeira	_____	_____
2) TV P&B.	_____	_____
3) TV Cores	_____	_____
4) Freezer	_____	_____
5) Vídeo	_____	_____
6) Rádio	_____	_____
7) Fogão à gás	_____	_____
8) Outros	_____	_____

24. O Sr. faz uso de financiamento?

Sim () 2.2.1 () Custeio () Investimento

2.2.2 Fonte

() Crédito Rural via Banco

() Cooperativa

() Outro. Qual? _____

Não ()

25. O Sr. recebe assistência técnica?

Sim () Não ()

2.3.1. () EMATER

2.3.2. () Prefeitura

2.3.3. () Outros. Quais? _____

APÊNDICE II

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

1. HISTÓRICO

- 1.1. Produção: história de vida (onde nasceu, o que já fez...)
- o que produzia, o que produz e o que espera produzir.
- 1.2. Força de trabalho - quem trabalhava na propriedade e quem trabalha hoje. Qual a tendência: diminuir ou aumentar trabalhadores.
- 1.3. A propriedade - como a adquiriu: comprada (quando, com que recurso); herdada (quando e como); como era, como é hoje; como espera ou acha que ela vai ficar (melhoras).
- 1.4. A renda: ganhava mais antes ou agora. O porque.
- 1.5. O mercado: como era, como é, como acha que vai ficar.
- 1.6. Tecnologia usada: como plantava ou trabalhava, como o faz hoje, como espera fazer amanhã.

2. A FAMÍLIA

Participação no trabalho; educação como ensino/instrução e como aprendizagem - onde e como aprendeu; o que passa para os filhos e como isto se dá.

3. CULTURA

O que pensa a respeito da Escola, Igreja, Governo. Qual a fonte - quem passou para ele.

4. MEIOS DE COMUNICAÇÃO

O que lê, que programa escuta no rádio ou vê na televisão - o que aprende com isso.

5. NA FEIRA

5.1. Desde quando é feirante, melhorou ou piorou de vida desde então. Se sente pobre (como e porque). Se sente satisfeito com a vida que tem ou se sente amolado e desgostoso com a situação - (se isto se aplica) o que faz contra isso - o que faz para superar tal situação

5.2. Carro para trabalho na feira - qual seu carro, tem vontade de trocá-lo. Como pensa fazer isso.

5.3. Se sente explorado - como e por quem

6. PERMANÊNCIA NO CAMPO

Pretende dar continuidade ao trabalho ou pensa em sair do campo (porque, para onde). Vê possibilidade de mudança de vida - que organização faz para isto.

O que o faz continuar no ramo de feirante.

COPY

... que pensa a respeito da Escola, do Estado, do Governo, do qual a
... quem passou para ele.

... DE COMUNICAÇÃO

... que programa escola no rádio ou vê na televisão
... com isso.

... NA VIDA

... Onde quando a criança, melhora ou piora de vida sendo
... se sente pobre (como o português). Se sente
... estatístico com a vida que tem ou se sente prejudicado a
... situações - (as isto se aplica) o que faz
... o que faz para superar tal situação
... para trabalhar no feir - qual era o caso, tem
... com quem fazer isso.
... como explorado - como e por quem

... NO CARIÓTIPO

... dar continuidade ao trabalho ou pensar em sair do
... para obter, para obter, vê possibilidade de mudança de vida -
... organização faz para isto.
... no ramo de trabalho.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO